



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

IVANILDE DE JESUS DOS SANTOS FERREIRA

**O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS
ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM
OLHAR SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES À PERMANÊNCIA DE COTISTAS
NEGROS**

FLORIANÓPOLIS - SC
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

IVANILDE DE JESUS DOS SANTOS FERREIRA

**O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS
ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM
OLHAR SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES À PERMANÊNCIA DE COTISTAS
NEGROS**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Pedagogia, do Centro de
Ciências da Educação, da Universidade
Federal de Santa Catarina, apresentado
como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.
Orientação da: Prof^ª. Dr^ª. Joana Célia
dos Passos.

FLORIANÓPOLIS – SC
2015

IVANILDE DE JESUS DOS SANTOS FERREIRA

**O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS
ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM
OLHAR SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES À PERMANÊNCIA DE COTISTAS
NEGROS**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 15 de julho de 2015.

Prof.^a Dr.^a. Gilka Elvira Ponzi Girardello
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr. Joana Celia dos Passos (EED/CED/UFSC)
Orientadora

Dr.^a Mariana de Bastiani Lange (Projeto de Educação Comunitária Integrar)
Examinadora

Prof. Ms. Rogério Machado Rosa (Doutorando do PPGE/CED/UFSC)
Examinador

Prof.^a. Dr.^a. Marta Correa de Moraes (MEN/CED/UFSC)
Supletente

NOSSO GRANDE MEDO NÃO É DE QUE SEJAMOS INCAPAZES.

Nosso maior medo é que sejamos poderosos além da medida.

É nossa Luz, não nossa escuridão que mais nos amedronta.

Nós perguntamos: “Quem sou eu para ser brilhante, atraente, talentoso e incrível?”

Na verdade, quem é você para não ser tudo isso?

[...] Bancar o pequeno não ajuda o mundo.

Não há nada de brilhante em encolher-se para que as outras pessoas não se sintam que deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos as outras pessoas permissão para fazer o mesmo.

(Discurso de posse de Nelson Mandela, 1994)

AGRADECIMENTO

Ao terminar a escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC), parei para refletir a quem eu deveria agradecer! Sinceramente descobri que a minha lista era muito grande. E que agradecer é muito difícil! Então, em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus Orixás por terem me dado força para eu enfrentar cada fase do curso de pedagogia como se fosse a última tarefa da minha vida. Como também em todas as vezes que eu me afastei desse sonho, que fez com que eu repensasse e voltasse a sonhar.

Em segundo lugar ao meu avô que já não se encontra nesse plano, mas, que onde se encontrar está olhando por mim, assim como, a minha madrinha que foi a primeira a me acolher quando eu ainda criança e sair do interior do Maranhão em busca de escola.

Em terceiro lugar a todas as professoras que sempre me apoiaram com pequenos ou grandes gestos. Professoras que em muitas das vezes reservaram um pouco do seu precioso tempo para me escutar, mesmo quando os meus argumentos não tinham fundamentos, mas falaram palavras acolhedoras que me fizeram seguir em frente.

Aos meus Pais, Severino Costa Ferreira e Josefa do Desterro dos Santos Ferreira. Esta mulher foi a primeira pessoa a narrar lindos contos infantis na minha infância, estes foram fundamentais para o meu desenvolvimento infantil. A escuta daqueles contos mostrou que o meu mundo encantado poderia se tornar realidade e que sonhar vale pena.

A minha irmã, Conceição de Jesus dos Santos Ferreira, que sempre me amparou em meus momentos de angústia e insegurança.

As minhas filhas Tâmil dos Santos Ferreira, com quem iniciei junto esse processo de ingresso na universidade e pela ajuda na compreensão dos conteúdos acadêmicos. No início os conceitos, termos e ferramentas acadêmicas não faziam parte da minha vivência e ela me auxiliou nesse novo contexto acadêmico. Ela que muitas vezes deixou de dormir para me ensinar a colocar textos no *moodle*, ver minha grade acadêmica e ler os meus textos sempre que eu precisei. A Sofia Ferreira Esteves dos Santos, pela paciência de criança/adolescente que queria a presença da mãe e eu estava sempre ausente. Peço desculpas a ela pelas várias vezes em que eu aluguei vários filmes para que ela assistisse até tarde e eu assim poder acordar bem cedo para colocar os meus estudos em dias.

Em especial a minha parceira amiga Lourdes, que na primeira fase tive a oportunidade de encontrar. E, assim, passamos a participar juntas de várias discussões

no âmbito acadêmico. A Cleonice, que na segunda fase também passou a fazer parte de nosso grupo, dessa forma, fomos acolhidas e acolhemos a Ili no nosso grupo, esta sempre me incentivou na escrita como também na correção de língua portuguesa em textos. Não posso esquecer-me das minhas novas amigas do grupo de pesquisa “Acolher”, são elas Fabiane Cunha, Camila Santana, Priscila e Marlene. Encerrando essa lista, vou finalizar agradecendo a Mariana Lange e ao Núcleo Vida e Cuidado a todos os participantes, mas em especial a Professora Joana Célia dos Passos e a Patrícia Lima, que me acolheu na quinta fase, mostrando para mim que permanecer no meio acadêmico vai além de tirar boas notas, mas que é necessário adentrar em outros campos. A professora Vânia Beatriz, que me ajudou nos meus primeiros anos de estudos na academia e também mostrou que eu era capaz de enfrentar essa longa atividade acadêmica. Não posso esquecer-me do corpo docente do curso de Pedagogia em especial o de políticas e de todas as áreas que sempre me apoiaram. Muito obrigada por me proporcionarem e mediarem esse processo em busca de conhecimento acadêmico e também por contribuir, levantar e içar uma identidade que se encontrava fragilizada, ponderando nas minhas palavras tão importantes para o fortalecimento de mulher negra.

RESUMO

FERREIRA, Ivanilde de Jesus dos Santos. **O programa institucional de apoio pedagógico aos estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina:** Um olhar sobre suas contribuições à permanência de cotistas negros. 2015. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

A pesquisa analisou o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) a fim de identificar suas contribuições à permanência dos estudantes cotistas negros da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A coleta de dados está ancorada na pesquisa qualitativa a partir da análise documental e entrevista ancorada em Maria Cecília de Sousa Minayo (2012). Buscou se dialogar com estudiosos Kabengele Munanga (2003), Nilma Limo Gomes, N. (2005), Joana Celia dos Passos (2012, 2013), Suely Ferreira Deslandes (2012), e Joaquim B. Barbosa Gomes, J. (2005). Os resultados apontados pelo estudo mostram que a política ainda busca consolidação no que se refere à permanência dos estudantes cotistas negros na UFSC. O Apoio pedagógico da UFSC como uma política de permanência para estudantes ainda é muito novo e apresenta fragilidades em sua divulgação e também em sua consolidação. Os objetivos do programa ainda não estão sendo efetivados na sua totalidade, embora a demanda da coordenação seja ampla e não tem conseguido se articular para efetuar a avaliação do programa, percebe-se pelos dados apresentados pela coordenação que a procura é muito baixa. Com isso, o que se percebe é que o programa apresenta limites e desafios para contribuir com a permanência dos estudantes cotistas.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Permanência. Apoio Pedagógico. UFSC. Cotas.

ABSTRACT

FERREIRA, Ivanilde de Jesus dos Santos. The institutional program of educational support to students at the Federal University of Santa Catarina: A look at their contributions to the permanence of black shareholders. 2015. 80 f. TCC (Graduation) - School of Education, Educational Sciences Center, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

The research analyzed the Institutional Program of Pedagogical Support for Students (PIAPE) to identify their contributions to the permanence of black shareholders students of the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Data collection is anchored in qualitative research from records and interviews anchored by Maria Cecilia de Souza Minayo (2012). He sought to dialogue with student Kabengele Munanga (2003), Nilma Limo Gomes, N. (2005), Joan Celia dos Passos (2012, 2013), Suely Ferreira Deslandes (2012), and Joaquim B. Barbosa Gomes, J. (2005) . The results presented by the study show that the policy is still seeking consolidation with regard to the permanence of black shareholders students at UFSC. The pedagogical support of UFSC as a permanent policy for students is still very new and shows weaknesses in disclosure and in its consolidation. The objectives of the program are not being hired in its entirety, although the coordination demand is broad and has not been able to articulate to carry out the evaluation program, we can see from the data presented for coordinating demand is very low. Thus, what we see is that the program has limits and challenges to contribute to the permanence of quota students.

Keywords: Affirmative Action. Permanence. Pedagogical support. UFSC. Quotas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APUFSC - Associação dos Professores da UFSC

BU - Biblioteca Universitária

CAAP - Coordenadora de Apoio Pedagógico

CAAP - Coordenadoria de Avaliação e de Apoio Pedagógico

CIAA - Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação

EFI - Espaço Físico Integrado

FI - Frequência insuficiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NDE - Núcleos de Desenvolvimento Estruturante

NUVIC - Núcleo Vida e Cuidado

PAA - Programa de Ações Afirmativas

PIAPE - Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes

PRAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação

REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU - Restaurante Universitário

SEPEX - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNB - Universidade de Brasília

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

USP - Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: O ENCANTAMENTO PELA CIÊNCIA	10
1.1 O LANÇAR- SE COMO PESQUISADORA	11
1.2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	16
1.3 ESTADO DO CONHECIMENTO	20
2. BASES CONCEITUAIS.....	27
2.1 RACISMO NO BRASIL: BASES CONCEITUAIS.....	27
2.2 AS AÇÕES AFIRMATIVAS: CONTEXTO HISTÓRICO	38
2.3 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E NA UFSC	41
3. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES (PIAPE) ANUNCIADO	46
3.1 PIAPE: O QUE DIZ A EQUIPE GESTORA	52
3.2 O QUE DIZ A EQUIPE GESTORA SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS	57
3.3 O QUE DIZ A EQUIPE GESTORA SOBRE A DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA	59
4. NÃO DÁ PARA CONCLUIR O QUE APENAS SE INÍCIOU!	66
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A - Entrevista com os estudantes negros e cotistas da UFSC	74
APÊNDICE B - Entrevista com o Gestor do apoio pedagógico da UFSC	75
APÊNDICE C – Ofício de Solicitação de dados para a Pesquisa.....	76
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	77

1. INTRODUÇÃO: O ENCANTAMENTO PELA CIÊNCIA¹

Compreender o universo da pesquisa não é uma tarefa fácil para os acadêmicos, embora esta seja um dos eixos norteadores do curso de Pedagogia. Mas, entender os conhecimentos que envolvem a pesquisa e sua função social é, para mim fundamental por isso, opto por investigar algo que tem me inquietado e que diz respeito à permanência de estudantes negros na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) após a implementação das ações afirmativas.

A partir de 2002 as universidades brasileiras passaram a implementar ações afirmativas para estudantes negros por meio da reserva de vagas nos vestibulares. É nesse contexto que em 2008 a UFSC adere ao sistema de cotas, para negros, indígenas e estudantes de escola pública, contribuindo com a redução das desigualdades existentes na sociedade brasileira. Com as ações afirmativas, um número significativo de estudantes negros ingressou ao ensino superior. O acesso de diferentes grupos étnicos nas universidades e nos Institutos Federais, tem provocado muita tensão no que diz respeito à permanência destes. Embora se reconheçam as conquistas dentro da UFSC, muitas vezes a instituição não consegue garantir os subsídios necessários para os alunos cotistas se manterem estudando.

Nesse sentido, a pesquisa que apresentamos intenta compreender como o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) tem contribuído para assegurar a permanência dos estudantes cotistas negros na UFSC e ainda, analisar como este tem amparando/acolhido esses estudantes, que por vezes, vêm de um processo fragilizado de educação básica. Entendemos o PIAPE como um programa que pode se constituir em uma política de permanência e de efetivação das ações afirmativas e contribuir com a superação das desigualdades no percurso acadêmico dos estudantes cotistas. Foi pensando no atual contexto social e cultural da sociedade brasileira e da desigualdade tão presente nos recintos acadêmicos, que passo a investigar o PIAPE.

Analisa-se aqui, como os estudantes cotistas negros e indígenas estão sendo acompanhados e como são acolhidos no contexto universitário. Assim, indagamos se a

¹ Amparada em MINAYO (2012), passo a compreender que a ciência é apenas uma forma da expressão da realidade humana. Deste modo ela não é exclusiva, nem definitiva como também não é conclusiva. No entanto a ciência é a forma hegemônica que a sociedade ocidental busca para compreender a realidade social da humanidade. É através da ciência que buscamos a resposta para os nossos problemas, como violência, fome e pobreza, sendo que estes continuam sem resposta, mas mesmo assim buscamos na ciência a solução para estes ou pelo menos procuramos resposta para nossas perguntas.

UFSC está dando uma atenção a esses sujeitos, ou apenas efetuando mais uma política pelo fato de haver cobranças? Estará ela repetindo o que foi feito com a libertação formal da escravidão? Que deixou a população negra a mercê de sua própria sorte?

O TCC está organizado nos seguintes capítulos: O primeiro consiste em apresentar para o leitor de onde nasce a inquietação de trabalhar com as ações afirmativas. Em seguida, apresento os caminhos metodológicos percorridos e desenvolvidos para esta pesquisa. No segundo capítulo é discutido o racismo no Brasil, suas bases conceituais e as ações afirmativas no Brasil e na UFSC. Neste capítulo também abordamos e contextualizamos o PIAPE e a percepção de uma pesquisadora em início de trajetória acadêmica. Buscando olhar para o foco da pesquisa não como estudante, mas sim, como uma cientista da educação. Neste capítulo também são analisadas as entrevistas e ações que o programa desenvolve com os estudantes. E, por fim, apresento as considerações finais.

1.1 O LANÇAR- SE COMO PESQUISADORA

Este exercício de pesquisa ganha indagação quando do ingresso no vestibular UFSC/2010, com o início na primeira fase de 2011/1. A minha primeira aula foi de “Estado e Políticas Educacionais- EED7101”; com esta disciplina iniciam as primeiras inquietações e indagações sobre a universidade e o contexto escolar das escolas públicas sob responsabilidade do Estado brasileiro. Perguntas como: Como se efetiva uma política educacional? Quais os objetivos das políticas educacionais?

Como se utiliza uma política no âmbito educacional? O que é política educacional? Para minha surpresa a política faz parte da atividade profissional na educação, em especial o professor, o fato de o professor estar utilizando determinado conteúdo em suas aulas é um ato político. A situação de desconforto, inquietação e insegurança ganha materialidade para eu ir à busca do que eu acreditava: compreender a política de ações afirmativas como um direito que os negros lutaram para conquistar. Para isso ganhar materialidade houve muito derramamento de sangue dos negros africanos, como também dos negros brasileiros.

Sendo a disciplina Estado e Política Educacional a primeira aula de uma aluna que era alheia a todo aquele emblemático contexto acadêmico, as palavras da professora

fizeram toda a diferença na minha vida como estudante universitária. Essa disciplina contribuiu muito e foi fundamental para a minha escolha do tema para esta pesquisa.

Outra disciplina que contribuiu muito para esse exercício de pesquisa foi “Diferença, Estigma e Educação”. Nesta, nos foram apresentados vários conceitos e pré-conceitos, que nós acadêmicas acreditávamos que não carregávamos em nossos conscientes. Desconstruir essas verdades que foram instituídas como certas é um grande exercício para acadêmicas no início do curso.

Na primeira fase do curso de pedagogia para uma pessoa leiga em políticas educacionais e assuntos acadêmicos eu fui a todas as instâncias da UFSC em busca do que eu acreditava ter direito: fui ao apoio pedagógico, à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), à Secretaria do curso de Pedagogia. Solicitei trancar disciplina, fiz carteira do restaurante universitário, frequentei a biblioteca universitária e participei de todos os atos políticos daquele contexto, por contratação de professor para curso de pedagogia.

Na minha percepção ao ingressar na universidade oriunda do cursinho² comunitário através das ações afirmativas, não estava claro o quanto de preconceito que ainda está presente na sociedade brasileira quanto às cotas. Assim, na primeira semana na UFSC, eu já tinha consciência que para atingir meus objetivos como acadêmica, precisava superar algumas dificuldades, como por exemplo, com a língua portuguesa. Logo na primeira fase, procurei a coordenação do curso de pedagogia, em que obtive respostas negativas quanto a necessidade de cursar uma quantidade menor de disciplinas que as sete propostas pela grade curricular do projeto pedagógico para essa fase. Superada a primeira fase com vitória para mim que consegui aprovação em todas as disciplinas cursadas.

Continuei batendo de porta em porta e como sempre as respostas vinham acompanhadas de incertezas. Mas na segunda fase eu tomei a iniciativa de voltar a

² Minha preparação para o vestibular se deu de forma sucessiva durante três anos em que eu frequentei o cursinho comunitário, pois me considero fruto do Projeto Integrar. Atualmente nesse projeto encontram-se profissionais dos quais eu admiro e sou eternamente grata pelos conhecimentos transmitidos aos longos desses três anos de preparação. O projeto Integrar foi fundado por 24 professores de pré-vestibulares, a maioria vinda de outro projeto semelhante, em agosto de 2011 na cidade de Florianópolis. Dessa forma, o Integrar já nasceu fortalecido pelo conhecimento mútuo dos professores e pelo envolvimento prévio com educação comunitária, e desde então outros educadores se uniram ao grupo com a mesma vontade de transformar a realidade social pela educação. Acreditamos que a educação tem um papel imprescindível na transformação do ser humano e, conseqüentemente da sociedade. Para isso buscamos sedimentar um caminho diferente do trilhado pelos pré-vestibulares tradicionais, valorizando e estimulando o olhar crítico, a formação cultural e o espírito solidário dos estudantes.

frequentar o apoio pedagógico da UFSC e ao mesmo tempo procurei a Assistente Social, que era responsável pelas ações afirmativas da UFSC e também desenvolvia um projeto voltado aos negros que tinham ingressado pelas cotas. A mesma colocou um profissional para me dar suporte pedagógico individual, não deu muito certo, eu ficava horas esperando pelo profissional que na maioria das vezes não aparecia, mas quando os encontros aconteceram foi bem produtivo, fazia diferença. Ao mesmo tempo eu frequentava também o apoio pedagógico que não acrescentava muito, pois era uma sala com uns quinze ou vinte alunos de várias áreas, sendo que a aula era por meio de apresentação em *datashow*, eu não estava à procura daquele processo de aula, fui até o meio da fase e desisti e fiquei só com apoio individual. Concluí a segunda fase relativamente melhor que a primeira.

Na terceira fase, procurei desenvolver minhas atividades acadêmicas sem pedir ajuda para a USFC, mas foi bem difícil, pois eu sabia das dificuldades que eu tinha com a língua portuguesa e meu objetivo era superar as dificuldades e não empurrar o curso. Tendo consciência de tudo isso, na quarta fase eu vou novamente à procura do apoio pedagógico da UFSC. Nesse momento eu já sabia quem era a profissional responsável pelas ações afirmativas, então eu me dirijo diretamente a ela, que me atendeu e colocou uma pedagoga de seu projeto para me dar suporte quanto à leitura e escrita. As atividades aconteciam duas vezes por semana com hora marcada com duração de uma hora. Nessa fase eu realmente tive um apoio pedagógico, uma pessoa que realmente me avaliava e também fazia um trabalho de mediação, ou seja, ela me dava as coordenadas para o meu crescimento e desenvolvimento no ensino aprendizagem. O processo se dava de onde eu me encontrava, e com isso ela aproveitava toda a minha visão de mundo para avançar e aprofundar no que eu precisava.

Com o passar das fases eu comecei a entender o que é o letramento, e a pedagoga aproveitava justamente esse letramento para superar as minhas dificuldades e também identificá-las. Eu tinha “tarefas” dos dois processos: das disciplinas da fase e também atividades da pedagoga que me acompanhava. Sendo que estas eram leitura e escrita e também das disciplinas do curso. A pedagoga que me acompanhava acreditava que era preciso um trabalho mais amplo quanto ao ensino e aprendizagem da linguagem oral e escrita. A partir de esse olhar era preciso uma orientação pedagógica, e foi assim, que eu cheguei à oficina de escrita e à bolsista do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A ideia era fazer um trabalho em conjunto, mas, não deu certo, pois, o apoio pedagógico estava em processo de mudança:

a pedagoga do projeto de assistência social, ou seja, do apoio pedagógico, no meio da primeira fase em 2013 saiu do projeto. Nesse processo o apoio pedagógico passou a ser um projeto da UFSC deixando de ser projeto da assistente social. Com todas essas mudanças a orientação do apoio pedagógico ficou com os monitores que eram bolsistas REUNI.

Em meio a todo esse contexto fui novamente até a coordenadoria do apoio pedagógico que já se encontrava no segundo andar da reitoria, vinculada à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), onde a coordenadora do apoio pedagógico solicitou uma reunião com todos os meus professores da fase e a coordenação do curso de pedagogia. Nesse evento compareceram apenas duas professoras da fase em que me encontrava, e a coordenação do curso. A partir dessa reunião eu passei a ser acolhida pelo Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC) e também por uma bolsista REUNI. A bolsista se apresentava uma semana sim e outra não para realização das atividades. Eu levei várias vezes as reclamações para a Coordenadora de Apoio Pedagógico (CAAP), que até tentava fazer os contrapontos, mas não adiantava muito, assim eu tomei a iniciativa de não procurar mais o apoio pedagógico e nem a coordenação da CAAP me procurou. Essa foi a minha trajetória no apoio pedagógico da UFSC e foi por esse percurso que eu decidi realizar esse exercício de pesquisa sobre o projeto. Compreendo que o projeto ainda é muito novo, mas, acredito que com a democratização do acesso ao ensino superior, se fazem necessários projetos como esse para trabalhar com os estudantes. Percebo que o projeto avançou relativamente nas últimas três fases em relação ao que era, porém, ainda precisa de muitos movimentos para ser de fato efetivado.

Voltando ao curso de Pedagogia, um dos eixos da grade curricular do curso é formar um professor pesquisador. A disciplina de pesquisa tem início com “Iniciação à Pesquisa EED7140”. Nessa disciplina tivemos o primeiro contato com a área de pesquisas. Assim vieram as teorias de pesquisa, metodologia de pesquisa e a pesquisa em si, mas afinal o que é uma pesquisa? Remetendo-nos a Minayo:

[...] pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO, 2012, p.16).

O Trabalho de Conclusão de Curso é um experimento de lançar aos futuros professores (as) a possibilidade de se tornar um pesquisador, mas, afinal, como se tornar pesquisadora? Esse trabalho tem o objetivo de aproximar uma futura professora da

pesquisa, e é com esse olhar que eu passo a vislumbrar as políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras.

Através do curso de Pedagogia eu passo a compreender o conceito de experiência, entendo que nós somos sujeitos de experiências. De acordo com Jorge Larrosa Bondía, (2002):

[...] a experiência é “o que nos passa”, o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. (BONDÍA, 2002, p.24).

Esse exercício de pesquisa é uma experiência que nos toca, nos transforma, nos perpassa. Assim a minha passagem pelo apoio pedagógico, como também a compreensão das políticas de ações afirmativas me tocou, me transformou. A partir das minhas inquietações eu fui à procura de um conhecimento que até então eu não tinha sobre as políticas de ações afirmativas, sendo que esta investigação trouxe um conhecimento da temática; passei então a compreender essas ações como direitos dos negros, indígenas e dos estudantes de escolas públicas. E nem sempre essa passagem é carregada de prazer, pode ser um ato carregado de desencanto, desafeto, como também de coragem e luta, mas, que tocou o sujeito profundamente. Assim, o apoio pedagógico da UFSC teve essas características para mim. Nesse sentido, Jorge Larrosa Bondía, explica:

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. (BONDÍA, 2002, p. 27).

Confesso que nessa minha trajetória acadêmica já me apropriei de muitos conceitos e teorias, como também já desconstruí muitas verdades que eu acreditava serem legítimas. Conceitos como: infância, ações afirmativas e compreender a criança como categoria social, como sujeito de direito, entendê-la em sua singularidade.

Assim, para a realização desse estudo foi necessário analisar o Programa de Apoio Pedagógico da UFSC, para compreender “o alargamento do acesso à universidade para estudantes de origem social diversa daqueles que historicamente

compuseram seu público e a caracterizaram como instituição de formação elitizada” [...] (2013, p.6). Para isso, buscou-se investigar como este programa está efetivando suas ações. É por meio desses emaranhados de retalhos que se procuram pistas de como costurar a pesquisa no viés das políticas de ações afirmativas. O presente trabalho tem como inquietação o processo de permanência de estudantes cotistas negros no contexto universitário. A pesquisa tem o foco de analisar o PIAPE e como o programa vem contribuindo para assegurar a permanência dos estudantes cotistas negros na UFSC.

1.2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para compreender como o programa vem sendo efetivado e suas contribuições, a pesquisa buscou problematizar as ações do PIAPE para a permanência dos estudantes cotistas negros/negras na UFSC. Num primeiro momento, tínhamos como objetivos específicos: realizar revisão bibliográfica sobre o tema, analisar os documentos que orientam as políticas de ações afirmativas na UFSC, analisar e identificar como se estrutura o PIAPE, entrevistar o/a gestor responsável pelo PIAPE, entrevistar estudantes cotistas negros a fim de, captar sua percepção sobre o apoio pedagógico que recebem e elaborar o relatório do TCC. Com o andamento da pesquisa, não foi possível realizar as entrevistas com os estudantes cotistas. Assim, centramos em fazer a análise das ações do programa e compreender como este está estruturado. No segundo momento, cruzamos as informações do folder com as entrevistas das coordenadoras responsáveis pelo programa.

Foi elaborado e efetuado um roteiro de entrevista para ser aplicado junto à coordenadora responsável pelo PIAPE; a mesma assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) afirmando que estava ciente da pesquisa. A primeira aproximação com a equipe de gestão se deu com a minha ida até a coordenadoria do CAA, que fica situada no segundo andar do prédio da reitoria da UFSC. Como eu não havia marcado horário corri o risco de não encontrar a coordenadora. Uma das funcionárias da CAA informou que a mesma não se encontrava no momento e que ela estava em reunião, mas, que retornaria às dezesseis horas. Assim eu me retirei do local e retornei no horário informado. Ao chegar fui comunicada que a mesma ainda não se encontrava, nesse caso, tomei a iniciativa de ficar aguardando o seu retorno. Às 17h50min a coordenadora chegou e foi bem atenciosa comigo. Eu a informei da minha

intenção em pesquisar o programa PIAPE, apresentei um documento assinado pela minha orientadora do TCC, que informava o nome da pesquisa, e também a colocava ciente da mesma. Ela assinou o documento nesse encontro e marcou um horário para realização da entrevista, sendo agendada para dia 16/04/2014. Neste dia a coordenadora não se encontrava, deixando a equipe de gestão responsável pela entrevista. A entrevista aconteceu no primeiro momento com a equipe de gestão do programa.

Na semana seguinte, no dia 24/04/2014, às 16h49min eu telefonei à coordenadora se ela poderia me conceder a entrevista, ela falou que poderia ser naquele momento; assim eu corri para o local. Após esses dois momentos, eu estive na coordenação em um terceiro momento em 06/05/2015 para a entrega do ofício solicitando dados do apoio pedagógico sobre os estudantes que procuram e frequentam o PIAPE, tais dados como: Recorte raça/cor e gênero, educação do campo, estrangeiros/cursos que mais procuram e de avaliação (feita por e-mail com os estudantes), referente aos anos: 2013, 2014/1 e 2014/2, 2015/1. A coordenadora informou que faria o possível para disponibilizar os dados; relatou que no momento estes não se encontravam compilados, mas, que iria providenciar, o que aconteceu; alegou também que a coordenação se encontrava com muito trabalho e pouco funcionários.

Para o embasamento teórico sobre as ações afirmativas foi feito um levantamento dos trabalhos publicados sobre a temática e também sobre racismo no Brasil e bases conceituais em que dialogamos com Kabengele Munanga (2003) e Nilma Gomes (2005). Nos tópicos seguintes investigou-se o contexto histórico das ações afirmativas, evidenciando como se deu o contexto escolar dos negros no Brasil, como também, ao longo da história os negros indígenas foram excluídos dos bens tais como a terra, escola, saúde e emprego. Assim vamos buscar respaldo em Moehlecke (2002); Wedderburn (2005); Passos (2012, 2013) Gomes (2005); Fonseca (2002, 2007); Veiga (2008); Silva (2000); Jaccoud e Theodoro (2005); Passos, Cruz e Mwewa (2014); Paiva e Almeida (2010). O contexto das ações afirmativa da UFSC foi dialogado com Passos (2013) Tragtenberg (2006); UFSC (2014); Avaliação de Período (2008-2012). Foi realizado um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES utilizando o descritor de ações afirmativas com um olhar sobre a permanência.

Um dos argumentos utilizados pelos contrários às ações afirmativas era que o ingresso de estudantes cotistas seria um problema porque estes não concluiriam os cursos e teriam desempenho menor que os demais, o que poderia baixar a qualidade do ensino na universidade. A UFSC ao implantar o PIAPE assume a responsabilidade de

possibilitar a permanência dos estudantes cotistas negros; deste modo, duas hipóteses foram construídas:

1. O PIAPE oferece condições adequadas para que o estudante cotista negro realize a contento seus estudos e consequentemente sua permanência na UFSC.

2. O PIAPE, embora apresente o objetivo de acompanhar/acolher, ainda não consegue realizar o que se propõe.

É importante que sejam realizadas pesquisas que investiguem a efetivação de políticas voltadas para o grupo social negro, pois elas visam propiciar embasamento teórico para professores, estudantes e pesquisadores que trabalham com essas questões e, também, evidenciam os avanços e limites da sociedade brasileira e das políticas universalistas.

Os caminhos e métodos escolhidos para percorrer a realização deste trabalho, ganham inquietação no campo das ciências humanas. Para isso, foi realizado uma análise dos documentos publicados pelas políticas de cotas na UFSC. Percorrer os caminhos da pesquisa documental com foco neste campo do conhecimento tem muito a contribuir na dimensão da compreensão do social. Outro fator que se deve levar em consideração em um estudo documental é o processo de examinar a maturação de desenvolvimento dos grupos. Com a análise documental, possibilita-se entender os conceitos do conhecimento que envolvem os sujeitos, comunidades, comportamentos, práticas e entre outros. Isso nos subsidia para uma maior compreensão de como esse sujeito vem se mantendo e efetivando sua permanência na instituição. Assim, as análises dos documentos e as entrevistas são ferramentas fundamentais para esta pesquisa.

Sá-Silva, Almeida, Guindani (2009), nos amparam que uma pesquisa documental pode ser compreendida como método, técnica ou análise. Os referidos termos não diferem do seu atual objeto de estudo que são os documentos, pois a mesma difere da pesquisa bibliográfica. Assim, buscamos construir um campo satisfatório de informação onde podemos esgotar as hipóteses coletadas da pesquisa. Com a pesquisa realizamos uma leitura dos documentos das ações afirmativas, procurando vislumbrar e identificar um campo de informação que nos respaldasse e respondesse satisfatoriamente os argumentos das hipóteses levantadas.

Para análise das coletas de dados foi efetuada uma categorização dos elementos coletadas nas entrevistas; as informações dos dados colhidos nas entrevistas devem ser

analisados e apreendidos pelo cientista social das seguintes formas, como sintetizam Sá-Silva, Almeida, Guindani (2009):

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p.4).

Buscamos compreender algumas vantagens e técnicas da pesquisa na perspectiva qualitativa, valorizando e favorecendo a relação intersubjetiva do pesquisador com o objeto de pesquisa, neste caso os estudantes cotistas negros da UFSC e também o gestor do departamento responsável pelas ações afirmativas. Através de um roteiro, buscamos uma maior interpretação dos dados colhidos nas entrevistas, conforme as palavras de Fraser, Gondim (2004):

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. (FRASER, GONDIM, 2004, p.140).

O cientista social visa uma estreita aproximação dos fatos coletados e questionados. A análise se concentra na busca de compreender esses dados. Dessa forma, há que se investigar a permanência dos estudantes negros/negras na universidade quanto ao Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE). Assim serão levantados vários dados de inquietação. Como é feito esse acompanhamento? A coordenação do programa procura os alunos para saber como estão? Segundo o PIAPE, os acompanhamentos podem ser em grupos ou individuais. há um número referente a quantos alunos são amparados? Quando há desistências dos alunos o programa os procura para se certificar dos motivos? Os profissionais que atuam no programa estão sendo formados para atender esse sujeito? Como desempenham a sua função? Há um apoio psicológico para esses alunos?

1.3 ESTADO DO CONHECIMENTO

Este texto apresenta o mapeamento dos trabalhos já publicados sobre a temática das Ações Afirmativas. Nessa etapa vamos em busca do que tem sido publicado sobre o assunto e que muitas vezes pode nos dizer muito do que estamos procurando, como também pode nos mostrar outro caminho a seguir. Esta fase é muito importante para a pesquisa e é denominada de “estado do conhecimento, estado da arte e revisão de literatura”, conforme análise de Ferreira:

(...) de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p. 2)

O estado do conhecimento tem o caráter de buscar, analisar, sistematizar, explicar e verificar os trabalhos encontrados, que acrescentam à área pesquisada. Nesse caso o pesquisador deve estar atento a uma revisão precisa e ser demarcado um tempo de busca nos bancos de dados.

Com a seleção do assunto, o pesquisador precisa delimitar descritores ou palavras chaves que devem ser lançadas nos bancos de dados selecionados. Neste exercício foram selecionados a CAPES e SCIELO. O período investigado corresponde ao período de 2002 a 2014; após essa escolha buscou-se descritores dentro da temática central do trabalho.

O primeiro levantamento da pesquisadora foi desenvolvido na Capes, sendo encontrados apenas quatro trabalhos. Neste caso foi colocado o termo “ações afirmativas”, pois nessa coleta havia uma variedade muito grande de trabalhos e que em muitos casos não nos interessava. Desse modo, foi efetuada uma nova filtragem e colocado como descritor “o negro no ensino superior”. Encontraram-se quatro publicações.

Quadro I - Quantidade de trabalhos publicados na CAPES

Descritores	Autor	Assuntos	Título
Negro no ensino superior	Edilza Correia Sotero; Antonio Sergio Alfredo	Ação Afirmativa; Ensino Superior; Estudantes Negros; Trajetória	Negros no ensino superior: trajetória e expectativas de estudantes de

	Guimaraes	Educacional	administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (ProUni e Cotas) em Salvador
Negro no ensino superior	Rafael Augusto da Costa Alencar; Luis Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão	Programas De Ação Afirmativa ; Negros - Condições Sociais - Brasil ; Discriminação Racial - Política Pública	Ações afirmativas no Brasil : um estudo de caso sobre o Estatuto da Igualdade Racial
Negro no ensino superior	Daniela Frida Drelich Valentim; Vera Maria Ferrão Candau	Ensino Superior; Diversidade Cultural; Negros; Cotas; Ações Afirmativas; Afrodescendente	Ex-alunos negros cotistas da uerj: os desacreditados e o sucesso acadêmico
Negro no ensino superior	Sales Augusto dos Santos; Sadi Dal Rosso; Luis Ferreira Makl	Sistema De Cotas ; Negros - Educação ; Ensino Superior ; Programas De Ação Afirmativa	Título: Movimentos negros, educação e ações afirmativas

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro acima podemos observar que foram encontrados quatro pesquisas com a temática o negro no ensino superior. Os trabalhos abordam a temática de ações afirmativas, o negro no ensino superior, cotas e outros marcadores como trajetória do negro no ensino superior; o segundo trabalho nos amplia ao tratar dos estudantes das ações afirmativas, condições sociais, discriminação racial, políticas públicas para os estudantes negros nos contextos universitários. O terceiro trabalho, das autoras Daniela Frida Drelich Valentim e Vera Maria Ferrão Candau, demarcam o que os anteriores já nos apresentaram, e, por sua vez, nos apresenta o sucesso dos alunos negros cotistas em suas trajetórias no ensino superior, o sucesso dos estudantes cotistas na universidade do Rio de Janeiro. O quarto trabalho dos autores Sales Augusto dos Santos, Sadi Dal Rosso e Luís Ferreira Makl, aborda a luta e os movimentos dos negros no ensino superior e também nos contempla com as mesmas temáticas já apresentadas nos trabalhos anteriores.

No panorama geral dos trabalhos, o primeiro da autora Edilza Correia Sotero e Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, vai a abordar a trajetória desse sujeito no curso de administração e sua forma de ingresso no ensino superior. Assim, com a leitura do

resumo percebe-se que o trabalho buscou analisar qual foi a forma de ingresso do estudante cotista negro no ensino superior, e como ele passa a vislumbrar uma ascensão social quanto ao mercado de trabalho. Encontramos no outro trabalho a implantação das ações afirmativas que no Brasil ela passa a ser vista como uma política de cotas, como também apresenta o projeto político de consolidação da política e por último os militantes negros que lutaram muito para efetivação da política.

O trabalho dos autores Rafael Augusto da Costa Alencar e Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão, nos amplia o olhar de como o estigma racial assombra os negros no ensino superior, tendo suas identidades rasgadas ou até mesmo diminuídas, e o mérito que assombra a sociedade. No Brasil não é viável se falar de mérito, pois os estudantes não partilham da mesma escola, são contextos sociais bem diferentes. Nessa faceta o racismo mostra a sua cara para uma sociedade que se julga não ser preconceituosa. Apresenta também só negros como cotistas e alunos brancos que também são cotistas, porém, esses não são estigmatizados nem rotulados como incapazes. O trabalho dos autores Sales Augusto dos Santos, Sadi Dal Rosso e Luís Ferreira Makl vai ampliar os dados IBGE que fala que os brancos em sua maioria são contra as ações afirmativas, não reconhecendo a história da sociedade brasileira, como também não reconhecem que houve um genocídio dos negros africanos.

Não foi encontrado trabalho sobre a temática *permanência*, no que se refere ao apoio pedagógico. O foco do trabalho é evidenciar como vem se desenvolvendo a permanência dos estudantes cotistas negros, indígenas e de escolas públicas no ensino superior, com um olhar sobre a permanência, mas, principalmente sobre o apoio pedagógico como amparo desse sujeito na universidade.

O segundo banco de dados pesquisado foi o da SCIELO, onde foram encontrados 28 trabalhos publicados, com os descritores “ações afirmativas, cotas, permanência”, quando utiliza os descritores o “negro no ensino superior, apoio pedagógico” não há publicação.

Quadro II - Quantidade de trabalhos encontrados na SCIELO

Ano	Quantidade	Autor	Título
2001	1	Araujo, Clara.	Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.
2002	1	Telles, Edward and Bailey, Stan	Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos.
2003	0	0	0
2004	2	Santos, Ricardo Ventura and Maio, Marcos Chor; Barrozo, Paulo Daflon.	Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica; A idéia de igualdade as ações afirmativas.
2005	1	Neves, Paulo Sérgio da C	Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição.
2006	1	Hofbauer, Andreas	Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil.
2007	2	Pautassi, Laura C; Ferreiras, Ricardo Franklin Mattos, Ricardo Mendes	Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas; O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial.
2008	4	Leite, Ilka Boaventura; Weller, Wivian and Silveira, Marly; Santos, Sales Augusto dos et al; Piovesan, Flávia.	O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais; Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília; Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado; Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas; Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

2009	1	Valverde, Danielle Oliveira Stocco, Lauro;	Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação.
2010	3k	Winther, Juliana Mara Golgher, André Braz; Lima, Márcia; Santana, Elaine Barbosa.	Uma investigação sobre a aplicação de bônus adicional como política de ação afirmativa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula; As políticas públicas de ação afirmativa na educação e sua compatibilidade com o princípio da isonomia: acesso às universidades por meio de cotas para afrodescendentes
2011	1	Leite, Janete Luzia	Política de cotas no Brasil: política social?.
2012	8	Haas, Celia Maria and Linhares, Milton; Amaral, Wagner Roberto and Baibich-Faria Tânia Maria; Mohr, Naira Estela Roesler et al; Santos, Clarissa Tagliari; Silva, Ani Martins, Cymrot, Raquel and D'Antino, Maria Eloisa Famá; Agra, Klondy Lúcia de Oliveira; Lorenzo, Rocío Alonso; Bayma,	Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil; A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos; A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul; Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio; Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência; A neutralização das discriminações por meio da educação da criança; Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica; Reflexões sobre a

		Fátima	constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas.
2013	1	Norris, Pippa.	Recrutamento político
2014	2	Camino, Leoncio et al; Campos, Luiz Augusto	As ações afirmativas para afrodescendentes articuladas a partir de parcerias intersectoriais: uma <i>análise argumentativa</i> do caso Geração XXI. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa

Fonte: Elaborado pela autora

A segunda tabela apresenta um contexto das ações afirmativas, as polêmicas que a sociedade brasileira cria em torno da política, como também a discriminação que está atrelada a esse sujeito que ingressa nas instituições pelas cotas. Em muitos casos, é colocado como não tendo direito a tal benefício. Com a leitura dos resumos fica clara que para efetivação da política, os movimentos dos estudiosos que lutam em favor da causa foram fundamentais para a superação da desigualdade e a diminuição da pobreza que incide fortemente na população negra. Fica evidente, também, que ao longo do tempo essa parcela da população brasileira foi excluída dos bens materiais e culturais, como também da educação, emprego e moradia. Os trabalhos publicados relatam o resultado dessa desigualdade e da pobreza que assola a população negra brasileira. A abordagem que está nos resumos dos trabalhos publicados denuncia os conflitos que envolvem as cotas, o preconceito e o racismo que está instituído na sociedade brasileira.

Neste recorte foi selecionado um trabalho, que podemos verificar no quadro II, os descritores utilizados foram “ações afirmativa, cotas e a permanência”. Com a leitura do trabalho, percebe-se que a abordagem central é a permanência do estudante cotista negro no ensino superior.

Quadro III - Quantidade de trabalhos encontrados na SCIELO

Scielo	Título	Autor	Descritores
1/2012	Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?	Haas, Celia Maria and Linhares, Milton	Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil

Fonte: Elaborado pela autora

Através das cotas voltadas para negros, fica evidente que no Brasil há uma desigualdade social, como também uma baixa qualidade no ensino público. Neste caso, o autor ao olhar para as escolas de ensino fundamental e médio percebe a acentuada escassez dos jovens, perpetuando um ciclo de pobreza e marginalidade. Desta forma, o ensino superior passa a ser um sonho bem difícil de ser alcançado. Com as políticas de cotas o jovem passa a ter acesso às universidades, porém, está faltando um mecanismo que assegure e garanta a permanência destes quanto ao ensino e aprendizagem. Haas, Linhares (2012) ampliam nossos conhecimentos para experiências de instituições que implantam nos seus sistemas de cotas para estudantes de escola pública, negros e indígenas, sendo que as iniciativas vão além de uma permanência socioeconômica, mas também no apoio pedagógico desse sujeito que já vem de sistema educacional com defasagem. Retomando Haas, Linhares (2012, p.18):

(...) é a falta de condições para o aluno manter-se financeiramente, necessitando também de outros recursos para acompanhar, em nível de igualdade, os demais alunos de seu curso. Além do aspecto financeiro e social, sob o ponto de vista pedagógico, seriam necessários investimentos e condições de acompanhamento dos alunos que ingressam pelo sistema de cotas, pois grande parte deles necessita de reforço em disciplinas específicas.

A pesquisa nos mostra caminhos de instituições que adotaram o sistema de cotas ou políticas parecidas, buscando assim acolher o sujeito nos mais diversos contextos. As ações afirmativas visam garantir igualdade de direito, como também se busca uma reparação histórica dos negros brasileiros. Com a leitura do trabalho percebe-se que o amparo a esse estudante precisa ir além das bolsas de auxílio socioeconômico.

2. BASES CONCEITUAIS

No capítulo a seguir irei tratar das bases conceituais, de raça, racismo, democracia racial e ações afirmativas.

2.1 RACISMO NO BRASIL: BASES CONCEITUAIS

O debate sobre as ações afirmativas no Brasil é permeado por concepções que têm interpretações diversas. Contudo, não podemos deixar de ressaltar o embate que o Movimento Negro vem enfrentando em defesa das políticas de igualdade racial fazendo com que o assunto passe a ser central no cenário social e político brasileiro.

Optou-se aqui por apresentar conceitos necessários para compreender como o universo acadêmico lida com essas questões. É fundamental para a realização desta pesquisa, a compreensão de conceitos como raça, racismo, democracia racial e ações afirmativas.

No Brasil constata-se experiências onde particularmente as questões raciais e sociais são evidentes, principalmente o preconceito e racismo com a população negra. Nas escolas das periferias, nos bairros onde moram as camadas populares e, na maioria dos casos, as crianças negras e pobres, essas questões são mais visíveis e avassaladoras no que se refere à autoestima e às desigualdades sofridas por essa parcela da população brasileira.

O Professor Dr. Kabengele Munanga da Universidade do Estado de São Paulo (USP) explica em seu artigo “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”, que o homem utiliza a própria ciência para legitimar determinados saberes. Há conhecimentos que são corroborados em uma determinada época e que em outras deixam de ser verdadeiros, instituindo, dessa forma, relações de poder em seus recintos. O conceito de raça tem essa dimensão, sendo que o termo vem do italiano *razza*, que se ampara no latim com a palavra *ratio* que significa sorte, categoria, espécie. É na idade medieval que o termo passa ser usado para valorizar uma linhagem, ou seja, categorizar uma espécie em relação a outras, julgando serem mais puras. O termo raça passa a ser utilizado com o intuito de estabelecer poder entre as classes sociais na França medieval, conforme afirma Munanga (2003, p. 1):

[...] o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses,

população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como os conceitos de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.

É com o objetivo de valorizar um povo em detrimento a outro que esse conceito é vinculado à população. O que se verifica é que o termo é usado pela primeira vez com o intuito de valorizar uma determinada parcela da população em relação a outra. Neste caso, os Gauleses que se julgavam superiores aos francos, sendo que os últimos poderiam até serem escravizados. Para os Gauleses, os Francos não eram dotados de sangue “puro” e não possuíam habilidades para governar. O que fica evidente é que o conceito de raça “pura” passa a ser vinculado entre as classes sociais da sociedade da França com o intuito de legitimar o poder entre as partes envolvidas e com o objetivo de valorizar as relações de dominação e de sujeição entre os povos. Para tanto, o homem vai buscar na ciência a comprovação para suas verdades. É dessa forma que o termo ganha movimento na história da humanidade, legitimando uma classe em relação à outra. O conceito de raça passou então a ser utilizado de forma simbólica pelas ciências e passou a ter veracidade na espécie humana.

A religião também efetiva a comprovação das verdades e dos conceitos racionais e sociais. Durante toda a idade medieval o conhecimento estava sobre o domínio da “Igreja e da Nobreza”. Neste caso, a própria teologia também se encarrega de desbancar os conhecimentos vigentes sobre a raça humana.

Já no século XVIII, que é conhecido como o século da razão, das luzes e também da racionalidade, com o avanço das ciências o conceito de raça por si só não contribuía para a classificação das espécies humanas. Assim são agrupadas ao conceito de raça outras maneiras e formas de hierarquização do homem. Dessa forma, as categorias semelhantes e diferentes ganham campo nas ciências com a finalidade de comprovação da raça humana.

Parafraseando Munanga (2003), a variabilidade humana é um dado empírico que precisa de uma explicação científica, sendo que o homem desde dos primórdios sempre se utilizou de conceitos e classificações para organizar seus pensamentos. Na história das ciências a classificação dos seres vivos ganha veracidade primeiro na ciência natural, com o intuito de categorizar os seres do maior para o menor e dessa forma, as

ideias e concepções vão ganhando outras formas de submissão e subdivisão. A raça humana não vai fugir da regra; dentro da classificação ela tem várias categorias e subdivisões, mas isso não quer dizer que são os fatores classificatórios que vão hierarquizar uma espécie da outra. Não dá para dizer que a sociedade europeia é mais abastada ou inteligente que a sociedade africana.

É também no século XVIII que o fator cor de pele foi fundamental entre as chamadas raças. É nesta mesma época que a raça humana fica conceituada em três grandes grupos sendo estes “brancos, negros e amarelos”, mas isso não significa que o fator melanina diferencie os povos entre si. A melanina pode até ser o fator que os diferenciam entre si, mas isso não é o suficiente para provar a questão de raça. O que se conclui é que as pessoas podem ter porcentagens de melanina diferentes e ter parentesco em comum. Isso também significa que eles podem até ter categoria como cor de pele e altura parecida e mesmo assim não ter parentesco entre si.

Com os avanços das ciências do século XX, os cientistas vão buscar explicação para comprovar a hierarquização da divisão da raça humana. Nesse sentido, Mananga (2003, p.3) explica:

[...] chamaram de marcadores genéticos, o cruzamento de todas as categorias/critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes à raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça.

Com as categorias analisadas, os tipos sanguíneos se tornam grandes fatores para comprovação das raças. Assim, os especialistas vão em busca das comprovações científicas; dessa forma, fica constatado que não é possível comprovar que uma raça é superior a outra. Observa-se que nas pesquisas comparativas um determinado indivíduo do mesmo grupo pode ter parentesco com grupos bem distantes do seu. Dessa forma, os estudos dessa área do conhecimento chegam à conclusão que o conceito de raça não contribuía com a realidade, pelo menos não para a explicação da diversidade humana, como explica Munanga (2003, p.5):

[...] de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças.

Após as comprovações das pesquisas nas ciências da biologia molecular e bioquímica, os estudos dessas áreas do conhecimento chegaram à conclusão que o conceito raça não cabia na categoria humana. O que se percebe é que o conceito de raça está na cabeça das pessoas, ou seja, é uma ideologia que foi construída historicamente, (mesmo que por uma falsa ciência). Dessa forma, não há uma raça superior a outra. A comprovação da não existência do conceito de raças não significa que todos os indivíduos humanos são iguais, mas que somos diferentes quanto às características e marcadores genéticos. O que está provado através dos fatores sanguíneos, mas isso não é suficiente para provar a questão das raças. Contudo, o grande problema foi à conceituação dos estudiosos do assunto. Os pesquisadores, ao colocar em os humanos em uma hierarquização, em uma escala de valores, valorizaram a raça branca, classificando-a com tanto *status* causaram tantos problemas para humanidade que são refletidos até os dias de hoje.

Os pesquisadores e militantes que utilizam o termo raça não usam a palavra no significado biológico, mas no sentido oposto. Hoje em dia todos já concordam com os estudos da ciência genética que provam a não existência de raça para os humanos. No atual contexto, ao termo raça é dada uma interpretação política. Quando se estuda o racismo no Brasil não podemos deixar de lado o contexto histórico e cultural do país, dessa forma, a temática ganha uma dimensão histórica.

Segundo Kabengele Munanga, o conceito de racismo começa a ser difundido no início do século XX. Como toda concepção, o racista busca uma explicação científica para suas atitudes; assim, o sujeito racista fundamenta-se nas teorias para justificar sua atitude racista, sendo que para os cientistas e para a ciência essa fundamentação não é válida. Neste sentido, com o avanço da ciência a humanidade busca uma explicação científica para justificar o conceito.

Nessa justificativa foram observados os caracteres físicos e os traços morfo-biológicos; esses dois fatores passam a influenciar o comportamento da sociedade daquela época. Intensificando uma ideologia que se fundamenta com os traços biológicos, psicológicos e culturais, essa relação intensifica a ideologia da teoria racista da sociedade moderna, como explica Munanga (2003, p. 9):

[...] é justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores. [...] exemplo da classificação racial humana acompanhada de uma escala de valores que sugere a hierarquização.

Essa classificação da biologia natural influenciou a teoria racista. Dessa forma a classificação produzida por Karl Von Lineu da raça humana estaria organizada da seguinte forma:

- Americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.
- Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas.
- Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.
- Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertados. (MUNANGA, 2003, p.9).

Com essa classificação e a hierarquização de poder instituída, o racismo passa a ser instaurado e a existência de superioridade da raça branca em relação às outras. Para o racista a hierarquização e a classificação é um dado e um fato verdadeiro que pode ser provado. Outro fator que contribuiu para o racismo é a compreensão do conceito de raça. É esse conceito que mantém o racismo. Por razões ideológicas o racismo se ancora no conceito de raça. Desse modo, Munanga (2003, p.7) explica:

[...] o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Esse pensamento é focado em uma escala de valores que postula a hegemonia da raça tida como branca, como se as outras partes do grande contingente humano fossem portadoras de um estigma corporal. É dessa pluralidade que o conceito ganha dimensões muito amplas, quando o termo começa a ser utilizado pelo público em geral, ganhando visibilidade em vários segmentos da sociedade. Nesse sentido, Munanga (2003) nos ampara com a seguinte colocação:

[...] nesse caso o uso popular do conceito de racismo, qualificando de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social. Esse uso generalizado do racismo pode constituir uma armadilha ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo. (MUNANGA, 2003, p.10).

Por razões lógicas e ideológicas o racista cria o racismo para julgar que é superior em relação aos negros. É uma crença hierarquizada pela relação intrínseca entre o físico-moral, físico-intelecto, físico-cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos e sim um grupo social com traços culturais, linguísticos,

religiosos, etc., que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003).

Os pesquisadores atuais nos respaldam sobre como o termo raça é usado não só para classificar e hierarquizar, como foi compreendido no passado, mas atualmente, após as pesquisas das ciências biológicas já compartilhadas da não existência da raça.

De acordo com Nilma Gomes (2005), falar dos negros no Brasil não deveria interessar somente às pessoas pertencentes a esse grupo racial, pois são questões políticas, sociais e culturais que envolvem toda a sociedade brasileira. É preciso refletir sobre as relações sociais e culturais que se estabelecem entre brancos e negros e ver além do que está dito, mais ampla, e entender que a humanidade se constitui dentro do movimento histórico e é fruto de experiências que são estabelecidas nas relações sociais.

Olhar para os negros no Brasil também é ver que ao longo da história estes foram tratados com ódio, desprezo, abandono, indiferença, afronta, ofensa, repúdio, desacato, desrespeito e outros tipos de violência. Esses tipos de manifestações aparecem sempre através das piadas racistas, que divulgam as opiniões e posturas da sociedade racista até mesmo da cultura acadêmica que não está alheia à sociedade brasileira. O repúdio é visível na cultura acadêmica quando se fala de ações afirmativas. Essas posturas na maioria das vezes desqualificam e desrespeitam as pessoas pertencentes a esse grupo étnico-racial. O preconceito que as pessoas têm em relação aos negros é assustador. Todos esses fatores são baseados na aparência (fenótipo) das pessoas que apresentam a cor da pele negra, como aponta Nilma Gomes (2005, p. 45-46):

No Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, vemos que diversas opiniões e posturas racistas têm como base a aparência física para determiná-los como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou “incompetentes”, “racionais” ou “emotivos”. Isso de fato é lamentável, mas infelizmente existe! Quem já não ouviu na sua experiência de vida frases, piadinhas, apelidos voltados para as pessoas negras, que associam a sua aparência física, ou seja, cor da pele, tipo de cabelo, tipo de corpo, a um lugar de inferioridade? Ou à sexualidade fora do normal?

Isso nos faz analisar que o racismo no Brasil se manifesta de formas bem diferentes do que aconteceu na África do Sul ou nos Estados Unidos. No Brasil o racismo é manipulado de modo que muitos brancos e negros acreditam em sua não existência. Essa manipulação se orienta pelo mito da democracia racial. Diferentemente dos países já citados acima, onde os dirigentes se encarregaram de construir

informações pacíficas sobre as questões raciais, o racismo que se tem presente na sociedade brasileira se manifesta de forma ambígua, ou seja, ora se nega sua existência e ora se afirma. Exemplo disso, é o que acontece com as ações afirmativas: a sociedade não aceita cotas para negros, mas aceita quando as cotas são voltadas para estudantes da escola pública.

As cotas iriam baixar o nível acadêmico das universidades públicas? Já se passaram oito anos da implantação das cotas para negros e indígenas na UFSC e o nível da educação não baixou. Estudos já realizados em outras instituições de ensino superior mostraram que não há desigualdade quanto ao índice acadêmico entre brancos e negros, o que fica se verifica é a desigualdade quanto a permanência econômica e ensino/aprendizagem, considerando que esses sujeitos já vêm de um contexto educacional desigual.

Na compreensão de Gomes (2005):

[...] o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (Gomes, 2005 p. 46).

O fato é que o racismo na sociedade brasileira se manifesta de forma perversa e isso nos faz refletir que as relações tecidas no interior das instituições como por exemplo, a família, os sindicatos, as escolas, as universidades e igrejas, intensificam essas formas de manifestação. Temos consciência que o homem se constitui nas relações sociais, nesse sentido, os preconceitos que são apreendidos pelos sujeitos se iniciam na infância, nos contextos em que o sujeito está inserido.

O preconceito é um julgamento negativo que o sujeito faz do outro, ou seja, de um grupo social que tem cultura, religião ou costumes diferentes do seu, como também de outra pessoa que ocupa uma posição social diferente da sua. Dessa forma o indivíduo preconceituoso não aceita os diferentes e se julga superior. No Brasil, a pessoa preconceituosa utiliza de piadinhas, que ele se apropria nos contextos sociais, ou seja, nas relações que são tecidas ao longo da vida. Isso significa que não nascemos preconceituosos, mas aprendemos e desenvolvemos percepções de superioridade ou inferioridade em nossa trajetória de vida.

Já discutimos opiniões, ideias e conceitos que são fundamentais para entender o contexto acadêmico. Começamos por democracia racial que, em nosso entendimento, é “uma sociedade em que os diferentes grupos étnicos-raciais vivem em situação real de igualdade social, racial e de direitos” (GOMES, 2005, p. 56). Nesse sentido, refletimos sobre uma análise que a sociologia vem efetivando nesse campo de estudo, que compreende que ao apresentar uma falsa realidade da situação brasileira, da existência ao mito da democracia racial, esta vem sendo construída pelo discurso de uma ideologia que não condiz com as relações sócio raciais presentes na sociedade brasileira, conforme pontua Gomes (2005):

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. (GOMES, 2005, p. 57).

Como já vimos, o Brasil é um país onde o mito da democracia racial vem sendo articulado ao longo do contexto histórico, onde brancos e negros vivem em perfeita harmonia, omitindo, dessa forma, que os negros vêm travando uma luta por direitos, além de que não dá para falar de igualdade quando se pensa no acesso à direitos como educação, saúde e emprego, pois, nesses quesitos a população branca sempre esteve à frente.

Analisando a história da sociedade brasileira é fato que os negros foram desapropriados dos bens naturais como a “terra”, pois este país foi colonizado através da escravidão. É por meio dessa lente que vamos olhar para a discriminação racial, de acordo com Gomes (2005, p.55):

A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

Desse modo, o racismo é a concretização do preconceito. O que podemos dizer dessas práticas é que no Brasil elas têm grande aceitação e que são efetivadas nos contextos sociais dos sujeitos. Gomes (2005) amplia nosso olhar ao afirmar que:

[...] a discriminação indireta tem sido compreendida como a forma mais perversa de discriminação. Ela geralmente alimenta estereótipos sobre o negro e é exercida sob o manto de práticas administrativas ou institucionais. A melhor forma de tornar esse tipo de discriminação visível e de superá-la é através da análise de indicadores de desigualdade entre os grupos. A discriminação indireta é identificada quando os resultados de determinados indicadores socioeconômicos são sistematicamente desfavoráveis para um subgrupo racialmente definido em face dos resultados médios da população. Um exemplo dessa forma de discriminação poderia ser dado pelo pouco sucesso dos negros no ensino fundamental, em que pese o alto grau de universalização atingido por esse nível de ensino. (GOMES. 2005, p. 56).

A compreensão desses conceitos e como eles são apreendidos e vivenciados na sociedade é importante para se perceber as relações que se estabelecem nas escolas e também no contexto acadêmico, com as ações afirmativas.

Passos (2012) analisa como o Estado brasileiro contribuiu ao longo da história para a desigualdade da população. Em seu artigo “*As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos*” faz uma abordagem a partir da Constituição de 1824 em que todos os cidadãos livres tinham o direito à educação primária e gratuita. As pesquisas que retratam essa época mostram que o foco era instruir a sociedade civil para o mercado de trabalho. Assim, a autora apresenta três fatores que vão influenciar o letramento nos países: o discurso da missão civilizadora da escola por parte das elites governantes, as precárias condições das escolas públicas e o alto índice de analfabetismo. Os estudos desenvolvidos nessa época nos dão respaldos de que a educação era destinada às crianças, jovens e adultos livres e libertos. Aos negros e indígenas estavam destinados os trabalhos pesados e a doutrinação era passada pela oralidade, a violência tanto física quanto simbólica. O Estado já naquele contexto efetuava a exclusão dos negros e indígenas. Os estudos mostram que ao longo da história a construção da desigualdade e discriminações voltadas a essa parcela da sociedade foi se efetivando (Fonseca, 2002, 2007; Veiga, 2008; Silva, 2000). O artigo nos aponta que foram várias as leis que o Estado brasileiro implantou para manter essa parcela da sociedade à margem da mesma, dessa forma o que se vê é a construção da desigualdade ser efetivada ao longo da história do povo brasileiro.

Segundo Jaccoud³ e Theodoro (2005), quando são analisadas as questões econômicas ou relativas à educação, saúde, moradia, salário e outros indicadores, constata-se que os negros estão em desvantagem em relação aos brancos. Segundo os autores, mesmo quando se faz uma análise superficial desses indicadores fica evidente que os negros estão em desvantagens. As desigualdades são vistas nos diferentes extratos sociais, assim podemos evidenciar a educação, saúde, moradia e trabalho. Dessa forma, se pegarmos para analisar esses extratos sociais, vamos ver que os brancos estão na frente na sociedade.

Se refletir que os alunos negros advindos de famílias de menor renda e de menor nível educacional encontram maiores dificuldades em suas vidas escolares, há aí uma grande desigualdade não somente social, mas também racial. Porém, os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2001, constataam que estudantes negros oriundos da mesma situação econômica e nível escolar igual aos de estudantes brancos, possuem trajetórias escolares desiguais. Nos últimos anos, os dados e as informações produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo IPEA expressam com clareza a perversidade da chamada questão racial no Brasil. Os negros – aqui considerados como o somatório dos pretos e pardos – mantêm-se em geral em uma condição social significativamente pior que a da população branca, seja quais forem os indicadores utilizados. Na pesquisa fica constataam aspectos por meio dos quais é possível verificar, quando se investiga negros em relação aos brancos, que a desigualdade fica evidente.

Embora atualmente as ações afirmativas tenham possibilitado a inserção de negros e indígenas no ensino superior, ainda assim é desigual. A porcentagem de brancos é superior a de negros e indígenas nas universidades. O IBGE constatou que a maioria da população negra não habita⁴ os campi universitários. Com as ações afirmativas os negros, indígenas escolas públicas passam a habitar o campo universitário.

As pesquisas realizadas nas décadas passadas apontam para a desvalorização do sistema escolar para essa parcela da população, ou seja, os estudantes negros e brancos

³A pesquisa dos autores Jaccoud e Theodoro explica como a questão racial e desigualdade está presente na sociedade brasileira JACCOUD, Luciana; THEODORO, Mário. Raça e Educação: os limites das políticas universalistas: perspectivas e considerações. In: SANTOS, S.A. (Org.) Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 (103-119).

⁴ A palavra habitar aqui traz significado de pertencimento, os negros passam habitar, ou seja, potencializar como o lugar de saber.

oriundos da pobreza, quando inseridos no contexto escolar, a pior escola fica para os negros. Ou até mesmo quando frequenta o mesmo espaço o branco sai em vantagens em relação ao negro. Rosenberg citado por Passos informa que:

[...] na década de 1980, que os alunos negros estavam em piores escolas: a jornada era mais curta, a rotatividade dos professores mais frequente e o prédio escolar era deficiente. Tais elementos autorizam a afirmar a continuidade de uma lógica da oferta da educação institucionalizada na qual, seja pela interdição ou pela exclusão no processo de instrução \ escolarização, os negros são o grupo social mais vulnerável. (ROSEMBERG, apud PASSOS, 2012, p. 105).

É no campo da educação que essa desigualdade vai se efetivando, principalmente quando paramos para estudar as políticas públicas ofertadas pelo Estado brasileiro para essa parcela da população. Estudos quantitativos do IBGE apontam a desigualdade em que essa parcela da sociedade está em desvantagens. No campo da educação é visível identificar esses fatores. Quando se analisa a frequência desse sujeito na escola constata-se as piores escolas, os profissionais mais despreparados e a permanência desse sujeito na escola está muito atrelada com o trabalho.

Quanto à universidade, não podemos esquecer que há uma cultura acadêmica⁵ que é legitimada. Quando se começa a investigar a comunidade acadêmica fica evidente que as universidades brasileiras são frequentadas em menor número pelos negros. E antes das ações afirmativas era ainda maior essa desigualdade.

Nas últimas décadas as questões raciais ganharam visibilidades como também as políticas de acesso e a permanência nas universidades públicas. Com a implantação das ações afirmativas vários desafios se colocam entre eles; destacamos aqui um dos aspectos do nosso foco investigativo que é a permanência (financeira, simbólica e de conteúdo) dos estudantes cotistas negros.

⁵ Com base em Passos (2013, p. 26) cultura acadêmica, é aqui compreendida, como a multiplicidade de sentidos, significações e finalidades que ao longo da história foram atribuídas à universidade em seus principais eixos de atuação: ensino, pesquisa e extensão, considerando, os sujeitos que fazem o cotidiano da instituição universitária e o contexto histórico, social, econômico e cultural onde a universidade está situada. Contudo, a cultura acadêmica também é a soma de todo o tipo de aprendizagens e também de ausências e silenciamentos.

É a partir do contexto universitário que esta pesquisa ganha inquietação: como esse sujeito (negro) que vem de uma trajetória pessoal e escolar desigual, se inscreve na cultura acadêmica? Como a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) lhe proporciona inserção e permanência com qualidade social⁶?

2.2 AS AÇÕES AFIRMATIVAS: CONTEXTO HISTÓRICO

Ao longo da história a população negra sempre lutou pelos seus direitos. Foi através dos vários movimentos que os negros se afirmam na conquista dos seus direitos, em relação às políticas sociais e educacionais. E é nesse contexto de lutas e afirmações que esse sujeito chega ao contexto universitário. Cabe dizer que não foi um presente, mas sim, um processo de constantes lutas dos movimentos negros.

As ações afirmativas chegam ao Brasil carregadas de conceitos/sentidos e significados. Parafraseando Moehlecke (2002) o termo gera uma diversidade de sentidos e significados pelos contextos históricos dos países que utilizam o conceito pela primeira vez. O que se sabe é que as ações afirmativas têm origem em dois países de contextos culturais bem distintos: a Índia e os Estados Unidos. Na Índia o termo foi utilizado pela primeira vez, não no contexto educacional, mas sim para valorizar a posição social de um grupo em relação a outro grupo, no que se refere à representação eleitoral ao sistema de casta (WEDDERBURN, 2005).

Na década de 1960, nos Estados Unidos, se inicia um movimento para implantação das políticas afirmativas, sendo aplicadas em vários segmentos da sociedade. A mesma ainda hoje se encontra em processo de constituição e afirmação, como explica Moehlecke, 2002:

[...] os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão de desigualdades de oportunidades a todos. No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no

⁶ Silva (2008, p. 225) compreende:

a qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos. A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. (MOEHLECKE, 2002, p.198).

A política foi implantada a favor da igualdade de oportunidade para todos, principalmente no que se refere à educação, saúde e trabalho. É nessa perspectiva que se tem as primeiras notícias da aplicação das ações afirmativas. O que se sabe é que o termo ações afirmativas (cotas) ganha diferentes contextos quando é utilizado em relação às ações governamentais ou em seu caráter privado, tendo nesse campo decisões jurídicas e de organização financeiras, com medidas focais voltadas aos grupos étnico-raciais. Essas medidas são principalmente voltadas ao mercado de trabalho, em especial para o ensino superior. Nesse sentido, Passos explica:

[...] para compreender a construção histórica do conceito ações afirmativas é preciso levar em conta três momentos: inicialmente foram definidas como um encorajamento por parte do Estado para que as pessoas com poder de decisão nas áreas públicas e privadas levassem em conta, em suas decisões sobre o acesso ao mercado trabalho ou educação, fatores como raça, cor, sexo e origem nacional das pessoas. Tal incentivo tinha por fim a representatividade dos diferentes grupos sociais nos espaços educacionais ou de trabalho. Em outro momento, foram estabelecidas *cotas* para acesso de representantes dos grupos sociais discriminados ao mercado de trabalho e à educação. (GOMES, apud PASSOS, 2013, p. 15).

As ações afirmativas são frutos desse movimento constante contra o racismo, a desigualdade social e a ideologia da democracia racial, tão presentes na sociedade. No contexto brasileiro os avanços são lentos, mas importantes e significativos para diminuir a desigualdade social presente na academia, como frisa a autora:

A atenção referida deve-se ao enfrentamento sistemático do racismo e das desigualdades raciais pelos movimentos negros, ao longo da história brasileira. Elemento propulsor este, que congregou militantes, organizações negras e setores do governo brasileiro na construção de uma agenda voltada para a superação das desigualdades raciais na sociedade brasileira, entre elas, as políticas de ações afirmativas no ensino superior. (PASSOS, 2013, p.14).

O que se vê na última década é que os organismos sociais e os intelectuais negros não mediram esforços para implantação das ações afirmativas nos contextos universitários. Com essas medidas instituídas, o debate se instala e com ele as manifestações racistas são mais explícitas. Dessa forma vale ressaltar que as ações afirmativas é uma das conquistas mais recente da população negra. Portanto, vale explicar o significado desse conceito:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou

voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2005, p. 53).

As políticas de ações afirmativas têm o caráter de atender uma parcela da sociedade civil a qual historicamente tem tido negado os direitos sociais e culturais como educação, trabalho, saúde e moradia. O que se verifica com a implantação dessas políticas nos campi das instituições federais, é que as políticas de ações afirmativas ainda causam muitas instabilidades na população brasileira, desqualificando e excluindo uns e outros.

As ações afirmativas são respostas das organizações governamentais e da sociedade civil às desigualdades provocadas pelo racismo. Dizer que negros e brancos convivam pacificamente nesse território é uma falácia, o que fica evidente, já que o campus universitário antes das políticas de cotas era pouco frequentado por negros.

Os negros vivenciaram ao longo dos últimos anos lutas constantes para se firmar em busca de reconhecimento de suas identidades⁷. Quando o Estado brasileiro assume que há racismo, algumas medidas são tomadas para diminuir as desigualdades sociais e raciais. Nesse contexto, foi a Marcha Zumbi dos Palmares realizada em 1995 que propiciou esse entendimento, exigindo soluções dos organismos governamentais e respostas ao mito da democracia racial, de que “brancos e negros” vivem em consonância na sociedade brasileira. A partir desse movimento, no ano seguinte foi criada a Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça que organizou e promoveu o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. Com essas medidas o Estado brasileiro passou a assumir que o Brasil apresenta desigualdade racial, social e o racismo.

Como podemos perceber, as ações afirmativas são frutos de lutas constantes dos movimentos negros em denunciar o racismo presente na sociedade brasileira e de exigir políticas de redução das desigualdades.

⁷ Gomes (2008) diz que a identidade negra não é somente construída a partir da ideia que o sujeito tem de si, mas também de outros traços como a cor da roupa, o cabelo, os penteados e o seu corpo. Também é preciso levar em consideração o que outro vai dizer, o que a sociedade entende por feio ou bonito. O negro dentro da sociedade atual vivencia a experiências de sentimentos ambíguos, que ao mesmo tempo em que rejeita aceita essa contradição que está posta na sociedade capitalista. Esse movimento é dialético e a contradição vai se efetivando, no que é aceito ou não. O processo contra a identidade racial é tenso e conflituoso, o ser negro é construído socialmente e historicamente e é permeado pela vida humana que vai da infância a fase adulta. São situações de muitas interrogações e encontros.

O Brasil ao participar da *III Conferência Internacional sobre o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas em Durban, no ano de 2001*, torna-se signatário de suas resoluções e assume combater à desigualdade racial e promover ações afirmativas. Com a criação da *Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)* em 2003, inicia-se um novo impulso nas políticas de ações afirmativas, pois o principal papel da secretaria é formular, acompanhar e coordenar políticas públicas para promoção da igualdade racial, incluindo as ações afirmativas.

Outros fatores que vieram a somar foram os movimentos e articulações de parcela de intelectuais negros e brancos, que denunciaram as desigualdades raciais que existiam nas universidades. O que se pode constatar é que com as ações afirmativas os campi universitários se tornaram mais plurais, deixando de ser um espaço apenas frequentado por pessoas da elite econômica e cultural do país e assim contribuir para a redução das desigualdades raciais e sociais no país, além de fomentar questionamentos como: qual é o papel da universidade pública numa sociedade democrática? (Paiva e Almeida, 2010).

2.3 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E NA UFSC

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) foram em 2001 as primeiras universidades do país a implantar as ações afirmativas. Em seguida vieram outras universidades como a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em 2002; a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMGs), em 2002 e a Universidade de Brasília (UnB), em 2003. Essas iniciativas pressionaram outras instituições a assumirem medidas semelhantes em relação à questão racial. Dessa forma, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) se inicia em 2008 nas políticas de ações afirmativas. Porém, além da desigualdade há outros marcadores que já indicam alterações no contexto dos campi universitários; assim a diversidade presente da sociedade brasileira ganha mais espaço e visibilidade nesse cenário.

Tragtenberg (2006) declara que na UFSC as desigualdades nos recintos acadêmicos eram visíveis tanto raciais como econômica. Assim, foi criada uma

comissão para implantação das ações afirmativas na UFSC, com uma meta de combater a desigualdade dentro da instituição.

As cotas são uma modalidade de acesso ao ensino superior através das políticas de ações afirmativas. De acordo com PASSOS (2005, p. 22), o Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSC explicita:

[...] implantado no ano de 2008 após dois anos da demanda apresentada à reitoria pelo movimento social negro e alguns professores da própria instituição, na abertura do Colóquio Pensamento Negro e Educação no Brasil, promovido pelo Núcleo de Estudos Negros – NEN. Necessário dizer que o Grupo de Trabalho: Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores da UFSC (APUFSC) promoveu debates sobre a reserva de vagas para negros e indígenas entre os anos 2002 a 2006 o que mostra que a demanda externa incidu internamente na Universidade. Tais demandas provocam a instalação de uma Comissão criada pela Portaria 195/GR/2006, com a função de discutir a ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial na UFSC.

Assim a UFSC inicia com as ações afirmativas muito antes de sua implantação na Legislação Federal. Isso fica evidente, conforme indicam as ações dos movimentos e dos professores desta instituição que levantaram essa bandeira.

A Universidade Federal de Santa Catarina, com a Resolução Normativa N° 008/CUN/2007, coloca em prática a política de ações afirmativas, sendo que a cada ano a instituição lança mão de uma nova resolução para implantação das cotas para estudantes negros e indígenas na instituição. A política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para o vestibular de 2015, vem corroborando para ampliação das ações. A Resolução Normativa n° 41/CUN/2014, de 19 de agosto de 2014, que explana a política de ações afirmativas da Universidade, tem por objetivo promover valores democráticos, respeitando as diferenças raciais e econômicas dos estudantes. A UFSC se propõe à ampliação do acesso aos cursos de graduação e se dispõe a encorajar a permanência do sujeito na instituição. As ações apontadas pela universidade para assegurar essa política trata das seguintes temáticas: “divulgação e apoio à Política; acompanhamento pedagógico dos processos de aprendizagem; promoção da permanência do estudante na Universidade, mediante programas e ações desenvolvidos no âmbito da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; apoio às atividades de extensão da Universidade na área de ações afirmativas; acompanhamento de egressos beneficiários de ações afirmativas”.

A resolução nos coloca cientes da situação. Em um dos seus itens a explanação a seguir complementa com o artigo primeiro da resolução:

A Lei n° 12.711/2012, o Decreto Presidencial n° 7.824/2012 e a Portaria Normativa n° 18/2012, que estabelece reserva de vagas para egressos da

escola pública, considerando critérios de renda, para autodeclarados pretos, pardos e indígenas;

Art. 1º Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas (PAA) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que passará a ser regida pela Lei nº 12.711/2012, pelo Decreto Presidencial nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012. (UFSC, 2014, p.1).

Em seu artigo 1º, a política estabelece um reconhecimento perante a comunidade acadêmica e estabelece que essa implantação se constitui em um dos direitos democráticos e respeitos à diversidade sócio econômica da população brasileira destes sujeitos, no que se refere à educação. Em seus artigos a normativa explica que esse sujeito tem o direito a tais benefícios e como eles serão distribuídos, se alterando a cada ano, até a implantação da Lei Federal de 2012, conforme estabelece:

Art. 3º A Política de Ações Afirmativas da Universidade a que se refere o art. 2º destina-se aos estudantes que:

I – tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com recorte de renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, na forma prevista pela Lei nº 12.711/2012;

II – pertençam ao grupo racial negro, conforme consta nesta Resolução Normativa;

III – pertençam aos povos indígenas residentes no território nacional e nos transfronteiriços.

Art. 4º A Política de Ações Afirmativas, constituída de ações específicas de acesso e permanência, ficará vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a qual atuará em conjunto com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), quando for o caso. (UFSC, 2014, p.2).

A resolução assegura que no processo seletivo de 2015, as vagas foram preenchidas dadas as seguintes atribuições: Das 47,5% das vagas dos cursos de graduação, serão distribuídas das seguintes formas: 37,5% das vagas de cada curso e turno para preencher às determinações da Lei nº 12.711/2012, 10% das vagas em todos os cursos e turnos para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Caso as vagas ainda não tenham sido preenchidas, a resolução assegura o excedente aos estudantes autodeclarados negros provenientes de outro percurso escolar. Nesse caso, as vagas vão sendo preenchidas até o fim dos parâmetros estabelecidos pela resolução. O que fica claro que a universidade aos poucos vai se adequando à lei federal.

A resolução ainda assegura os candidatos em seu capítulo IV das ações afirmativas de acompanhamento e permanência na universidade, sendo que o Art. 11 estabelece o amparo ao aluno na permanência no que se refere ao seu processo de ensino e aprendizagem:

Art. 11. As ações de acompanhamento visando à permanência do aluno ingressante na Universidade de que trata o art. 5º desta Resolução Normativa são as seguintes:

I – apoio pedagógico oferecido por programa específico, sob a responsabilidade da PROGRAD/Coordenação de Apoio Pedagógico, em conjunto com a PRAE, voltado ao desenvolvimento da formação geral e ao desenvolvimento dos processos de aprendizagem dos estudantes;

II – ações de acolhimento visando à inserção dos novos estudantes fomentando sua integração em projetos e programas já oferecidos pela UFSC;

III – apoio econômico em face das demandas de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, compreendendo a:

a) criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade;

b) utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo;

c) celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência na Universidade;

IV – atenção à formação político-social, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re) conhecimento das suas características socioculturais e econômicas, a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular uma inserção protagonista e solidária na Universidade. (UFSC, 2014, p.6)

O apoio pedagógico é citado na resolução como uma das ações de acompanhamento e permanência dos alunos no processo de ensino. Assim, o objeto de nossa investigação é identificar as contribuições do PIAPE para a permanência dos estudantes cotistas negros. Em que ações a resolução está sendo aplicada? Em que âmbito? Como é feito esse acompanhamento?

A resolução também ampara a comunidade indígena com vagas suplementares. Dessa forma, a universidade dá uma resposta à comunidade negra e aos professores e núcleos de pesquisa que lutaram para instituir uma política que tem como objetivo diminuir a desigualdade e racismo da sociedade brasileiro.

Com as ações afirmativas em 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina inaugura projetos pilotos para acompanhar a permanência dos estudantes negros/negras no contexto universitário, conforme estabelece a Comissão Institucional de Acompanhamento Avaliação do PAA/UFSC:

[...] foram realizados dois projetos-piloto sob o nome de Capacitação Acadêmica cujo objetivo foi minimizar dificuldades nas áreas de Matemática, Redação e Interpretação de Texto, Inglês, Química e Física. Segundo relatório apresentado no âmbito da PREG e PRAE, “Com o desenvolvimento deste projeto piloto observou-se que houve uma procura significativa por parte dos estudantes para frequentar as aulas, mesmo sendo um curso de curta duração.” (Relatório Apoio Pedagógico/PREG/PRAE, 2008). A partir desta experiência foi desenvolvido o projeto de Apoio Pedagógico para os estudantes dos cursos de graduação da UFSC. (UFSC, 2012, p.07).

O apoio pedagógico foi um dos procedimentos que a instituição colocou à disposição dos acadêmicos, para suprir as dificuldades quanto ao processo ensino e aprendizagem, no caso dos estudantes negros/negras que já vêm de um processo

fragilizado em todos os níveis da educação, pois nem sempre esses sujeitos foram vistos como parte desta sociedade, com direitos, como sabemos a participar do processo social como um todo:

Embasado no Decreto Nº 7.234 de 2010 (PNAES), que considera em seu Art. 3º, inciso 1, o apoio pedagógico como sendo uma das áreas onde as ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas, e com a preocupação de atingir os princípios de igualdade, o Programa de Apoio Pedagógico da UFSC buscou sanar alguns déficits criados pela defasagem de aprendizagem do ensino médio, oferecendo aos estudantes das primeiras fases aulas focadas e correlacionadas aos conteúdos da graduação.

O Apoio Pedagógico PREG/PRAE cumpre parte deste papel, como já foi mencionado na introdução. Ainda não foi realizada uma avaliação do Apoio Pedagógico ou da Assistência ao Ensino dos bolsistas REUNI.

O inciso II do mesmo artigo menciona a necessidade de “apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade”. (UFSC, 2012, p.33).

O relatório de avaliação da política nos mostra esse contexto, sendo que foi a primeira vez que uma política em andamento está sendo avaliada. O relatório mostra o aumento do número de estudantes negros nos campi da instituição, tornando-os mais dinâmicos.

Se voltarmos um pouco na história das instituições federais brasileiras, podemos observar a presença de um quadro que era habitado por brancos e pessoas com poder aquisitivo elevado, conforme citado nas palavras de Tragtenberg (2006, p.1) “... no ensino superior entre 1960 a 1999 os brancos apresentaram rendimento médio anual maior de diplomados (cerca de quatro vezes maior do que os negros), segundo dados do IBGE”. Fica explícito que há desigualdades dentro dos contextos das universidades federais, com relação aos alunos negros comparados com os brancos.

Para os negros/negras é uma grande conquista fazer parte do contexto da instituição. Essa é uma luta constante de reafirmação e reconstrução de suas identidades e para isso acontecer numa sociedade capitalista, racista, sexista e homofóbica, os negros precisam estar dentro do contexto universitário.

No que diz respeito a auto declaração, está prevista na lei que regulamenta as políticas de ações afirmativas quando a mesma foi instituída, sendo essa uma das ferramentas para assegurar o processo da política e o acesso daqueles que atendem a demanda. Assim, as auto declarações são necessárias e se constituem um processo de avaliação e acompanhamento da política.

3. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES (PIAPE) ANUNCIADO

A Lei 12.711/2012 que institui a política de ações afirmativas determina que as instituições federais reservem 50% de suas vagas para os estudantes oriundos de escolas públicas. Ao ampliar o acesso para aqueles que historicamente não frequentavam o recinto acadêmico a UFSC deixa de ser uma instituição voltada exclusivamente para a elite e abre suas portas também para a população de baixa renda, negros e indígenas, trazendo assim, desafios tanto para os professores, como também para seus dirigentes.

O Relatório de Avaliação nos informa que com as ações do Programa de Ações Afirmativas (PAA), houve um aumento significativo de negros na UFSC,

Pode-se notar que o percentual de pretos aumentou significativamente a partir de 2008. De 2004 a 2007, eles eram cerca de 1% dos ingressantes, e passaram a ser 4,6%. Os pardos aumentaram de 7,5% (de 2004-2007) para 8,7% (2008-2012). Os negros passaram de 8,5% para 13,3% de antes para depois do PAA. Houve, portanto um aumento de $4,8/8,5=56\%$ de aumento no percentual de negros com o PAA, uma inclusão significativa! (UFSC, 2012 p.11)

Assim, com o aumento das vagas ficou constatado um número significativo de reprovação e abandono.

Tabela I. Ingressantes por ação afirmativa de escolas públicas ou negros que evadiram e reingressaram, por ano.

TOTAL GERAL			COTAS PARA ESCOLA PÚBLICA		COTAS PARA NEGROS	
SEMESTRE INGRESSO	EVADIDOS	REINGRESSO	EVADIDOS	REINGRESSO	EVADIDOS	REINGRESSO
2008.1	173	50	125	35	48	15
2008.2	127	24	94	18	33	6
2009.1	146	33	113	19	33	14
2009.2	104	28	85	24	19	4
2010.1	151	32	131	26	20	6
2010.2	56	7	50	5	6	2
2011.1	103	23	77	13	26	10
2011.2	22	9	19	6	3	3
2012.1	10	5	7	3	3	2
2012.2	4	3	4	3	0	0
TOTAL	896	214	705	152	191	62

Fonte: UFSC, 2012, p.28

Desse modo, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), buscaram desenvolver ações que atendessem as

necessidades de professores e estudantes, como também a permanência dos graduandos considerados em situação de vulnerabilidade social.

Essa ação conjunta das Pró-reitorias, possibilitou a criação do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE), voltado para subsidiar estudantes quanto aos processos de ensino aprendizagem. O programa foi criado para desenvolver ações de apoio pedagógico aos estudantes, sendo que esta já era uma atividade desenvolvida pela PROGRAD por meio do Programa de Ações Afirmativas da UFSC (PAA). Com a avaliação do PAA ficou constatada a necessidade de implantar alternativas que atendessem os estudantes que ingressaram na UFSC através das ações afirmativas.

Consta como objetivo do PIAPE:

Desenvolver ações de apoio pedagógico que favoreçam a permanência e a qualidade dos processos de formação dos estudantes nos cursos de graduação da UFSC, proporcionando-lhes condições pedagógicas que atendam suas necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2013, p.13).

O apoio pedagógico busca amparar os estudantes de baixa renda matriculados nos cursos de graduação quanto ao ensino e aprendizagem. Dessa forma, a instituição visa uma articulação entre coordenadores dos cursos, professores e alunos, buscando uma formação de qualidade. Os objetivos específicos do PIAPE anunciam subsídios às necessidades dos estudantes como se propõe:

Proporcionar acompanhamentos, em grupos e individualizado, aos estudantes que necessitem apoio na aprendizagem dos conteúdos vinculados tanto às disciplinas teóricas como práticas, favorecendo melhor desempenho acadêmico;
Desenvolver ações de apoio pedagógicas para os estudantes com necessidade especiais e/ou outras necessidades específicas para que possam desenvolver suas atividades acadêmicas com qualidade;
Promover ações de acompanhamento dos indicadores de retenção e abandono nos diversos Cursos de Graduação, por meio de pesquisas qualitativas e quantitativas, visando fornecer indicadores e subsídios que possam auxiliar os Núcleos de Desenvolvimento Estruturante dos cursos de Graduação na atenção aos processos de desenvolvimento curricular;
Oferecer indicadores e subsídios ao Programa de Formação de Professores (PROFOR), com o objetivo de colaborar no planejamento de ações formativas voltadas ao desenvolvimento da docência no ensino superior;
Desenvolver, junto com a PRAE, ações específicas de acolhimento aos estudantes ingressantes, proporcionando-lhes espaços de formação e sobre organização dos estudos, sobre os recursos disponíveis na universidade para um bom desenvolvimento do seu processo de formação. (BRASIL, 2013, p.13)

O programa busca subsidiar e acolher tantos os estudantes quanto os professores. Também ampara os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, auxilia os professores ingressantes na universidade com o objetivo de formular atividades voltadas

para o desenvolvimento da docência no ensino superior, além das ações pedagógicas aos estudantes com acessibilidade especiais ou outras necessidades, com intuito de desenvolver suas atividades acadêmicas. Oferece ainda oficinas que desenvolvem conteúdos disciplinares para a apropriação e o desempenho do estudante de graduação, objetivando com isso superar os índices de reprovação e abandono dos cursos. Com essa política a UFSC pretende efetivar-se como uma instituição aberta à população de baixa renda e que teve oportunidades desiguais na escolarização.

Os pressupostos teóricos e metodológicos do PIAPE se orientam em Bernard Charlot. A abordagem pedagógica do programa baseia-se na relação ensino aprendizagem, fundamental para uma formação humana. Esta, compreendida, a partir das relações estabelecidas com os sujeitos envolvidos, ou seja, é uma ação multidisciplinar determinada pelos conhecimentos das práticas sociais, como também por experiências subjetivas que moldam e dão sentidos às formas objetivas de organização dos processos de formação (UFSC, 2013, p.9).

Para Charlot (2000), ensinar é mobilizar, projetar os sujeitos para o desejo de conhecer, de comunicar-se, de aprender, de construir conhecimento. Em seu ato de aprender os estudantes passam a ver sentido no processo de ensino aprendizagem que ele está vivenciando, ou seja, mobilizado em busca do desconhecido. É nesse contexto que a universidade pode articular os conhecimentos de mundo com os conhecimentos acadêmicos, despertando no sujeito a paixão pelo conhecimento.

Sendo assim, o profissional (monitor) do PIAPE precisa compreender que os sujeitos do programa vêm de diferentes contextos sociais. Portanto, não dá para culpar o estudante pelo seu fracasso acadêmico. É a mediação que vai conduzir o aluno em seu ato de aprender. A educação é o fio condutor da humanização do homem. O profissional da educação é responsável pelo letramento, ou seja, pela leitura de mundo que os sujeitos vão efetuar em seu processo de aprendizagem. Devem, portanto, proporcionar essa experiência para o contexto acadêmico e social dos estudantes, fazendo com que eles aprendam de forma reflexiva.

Em sua concepção, o PIAPE afirma que não se ampara nas ideias divulgadas de que as dificuldades de aprendizagem dos alunos decorrem da ausência, ou de carências socioculturais que derivam das posições sociais das famílias. Do mesmo modo, rejeita a premissa que coloca os estudantes como responsáveis pelo seu próprio fracasso acadêmico.

Mesmo que de fato haja uma relação íntima entre as posições sociais dos estudantes com as suas trajetórias escolares, estes não são fatores que impedem o processo de aprendizagem. As pesquisas realizadas por Gomes (2000/2012 ou 2000 e 2012), Silva (1988, 2003), Gonçalves (1985), Silvério (2009), Passos (2005, 2010, 2013), Henriques (2001), Cavalleiro (2000), Munanga (2000, 2005, 2011) todos desta área, mostram que as dificuldades transmitidas pelos alunos na apropriação dos conteúdos disciplinares advêm de múltiplos fatores: o modo como os professores ensinam e a forma que os alunos lidam com os conteúdos transmitidos pelos professores; as atividades e as práticas de estudos desenvolvidas pelos estudantes.

A metodologia do PIAPE é centralizada em três eixos, que buscam um diálogo participativo entre professores, estudantes e coordenação dos cursos. Com esta compreensão de trabalho, a organização do programa prevê estruturar-se e desenvolver-se de forma participativa, procurando dialogar com os estudantes e professores, visando compreender a importância de todas as etapas desenvolvidas que são de fundamental importância.

Com este entendimento, o espaço acadêmico busca identificar as necessidades dos estudantes quanto ao conteúdo disciplinar de que necessita. A participação do estudante no processo avaliativo de ensino aprendizagem contribui para identificar as dificuldades de permanência e de aprendizagem do curso. Desse modo, as ações que envolvem tanto o docente quanto o discente sejam no espaço da sala ou fora desta se caracterizam de envolvimento que intensificam o ensino.

O PIAPE busca ainda uma articulação entre os profissionais que ministram disciplinas com alta taxa de reprovação, como também com Núcleos de Desenvolvimento Estruturante (NDE) de cursos com altos índices de desistência e reprovação⁸. Os conteúdos abordados no apoio pedagógico são considerados básicos para que o estudante conclua sua trajetória acadêmica.

Segundo orientações do PIAPE, os coordenadores dos cursos de graduação precisam criar espaços de articulação coletiva ou individual para dar subsídio à coordenação do Programa na avaliação do mesmo, contando com a contribuição de estudantes e professores para debater como é feita essa avaliação.

A cada nova fase são propostas aos estudantes novas monitorias com conteúdos disciplinares. Os coordenadores dos cursos de graduação junto com a PROGRAD

⁸Matemática, química, física, redação e interpretação de texto.

buscam amparar as necessidades dos professores e dos estudantes, buscando o desenvolvimento curricular dos cursos.

As ações declaradas pelo PIAPE que visam subsidiar os estudantes quanto ao processo de ensino aprendizagem e sua permanência no recinto acadêmico são:

Atendimento educativo em grupo, sob a responsabilidade de um monitor, visando apropriação e desenvolvimento de conhecimentos vinculados a campos disciplinares específicos.

Atendimento individual para acompanhamento de necessidades específicas de aprendizagem.

Desenvolvimento de materiais didáticos específicos para as atividades de apoio pedagógicos, elaborados a partir das indicações dos professores colaboradores do programa a ser desenvolvida pelos alunos. Atividades estas que são indicadas pelos professores.

Desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, com a disponibilização de materiais didáticos e tutores que favoreçam o acesso pelos estudantes, aos conteúdos abordados nas atividades de acompanhamento grupal ou individual.

Desenvolvimento de atividades de acolhimento aos estudantes ingressantes em cada semestre letivo, visando proporcionar acesso a estratégias e técnicas para facilitar-lhes a organização de seus estudos, bem como fornecer-lhes informações e apoio ao seu processo inserção na universidade. (2013, p.17).

As ações citadas pelo PIAPE são desenvolvidas a partir das áreas do conhecimento, de acordo com os conteúdos das disciplinas, como os exemplos de geografia, física, química etc.

O PIAPE prevê que as atividades desenvolvidas pelos grupos sejam realizadas em grupos de no máximo 25 alunos por turmas, podendo acontecer nos períodos noturnos e diurnos, com duração de duas horas por encontro, duas vezes por semana. Os encontros individuais são realizados de acordo com as necessidades de cada estudante em encontros pré-agendados, com duração de duas horas por encontro e dois encontros semanais.

Os monitores são selecionados e contratados mediante edital, com duração de vinte horas por semana, sendo doze horas para atender aos grupos e individual, restando oito horas para desenvolver e preparar atividades, como também participar de reuniões de orientação com professores e coordenadores dos diversos cursos de graduação. Os trabalhos desenvolvidos pelos monitores dos grupos, bem como os que acompanham estudantes individuais, devem efetuar o registro das frequências dos estudantes nas atividades e também apresentar relatórios mensais para a Coordenadoria de Avaliação e de Apoio Pedagógico (CAAP). É também tarefa dos monitores acompanhar os alunos em sua trajetória acadêmica.

Os conteúdos de ensino a serem ministrados pelos monitores são definidos a partir das necessidades dos alunos e professores, com foco nas disciplinas que os

estudantes apresentam dificuldades. São ofertadas oficinas em cada início de semestre, onde se busca os desenvolvimentos de técnicas e métodos para organização de rotinas de estudos, amparando os estudantes quanto às tecnologias para auxiliar nos estudos. Visa também auxiliar os estudantes em atividades culturais, como também acolhimento aos estudantes ingressantes na instituição.

Assim, os conteúdos a serem abordados no apoio pedagógico são organizados em módulos que buscam atender os estudantes nas atividades necessárias para sua aprendizagem. Os planos das atividades que são desenvolvidas por grupos, visa o campo do conhecimento específico nos quais os estudantes encontram dificuldades. Os conteúdos elaborados antecipadamente pelos monitores devem ser orientados pela Coordenadoria de Avaliação e de Apoio Pedagógico (CAAP), juntos aos professores coordenadores de áreas.

É responsabilidade da PROGRAD como também da Coordenadoria de Avaliação e de Apoio Pedagógico e da PRAE monitorar e acompanhar os trabalhos dos monitores. Os professores e coordenadores de diversas áreas deveram subsidiar os monitores na preparação das atividades a serem desenvolvidas individuais e em grupos. O trabalho do monitor deve estar articulado com o dos professores da área em que o monitor ministra. As reuniões entre os monitores e professores de áreas deverão acontecer de forma quinzenal, e nos encontros deverão ser discutidos conteúdos e a metodologia, abordada pelos monitores. A organização dos trabalhos desenvolvidos pelos monitores deve ser desenvolvida pelos professores. É tarefa dos professores acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e dos monitores no ambiente virtual, mediar o diálogo entre os estudantes e as Coordenadorias de Avaliação e Apoio Pedagógicos e registrar as frequências junto ao CAAP, dos monitores. O professor deverá dispor de dezesseis horas semanais para atender os monitores que estão sobre sua responsabilidade como também apresentar reunião com a CAAP/PROGRAD.

As atividades de suporte pedagógicas que serão desenvolvidas pelos estudantes deverão ter versão impressa e *on-line*, sendo que, antes do início das fases, o PIAPE coloque no ambiente virtual as inscrições para aqueles que desejam participar. As vagas para os grupos e módulos são abertas a todos os graduandos através do endereço eletrônico do apoio pedagógico.

Os estudantes matriculados devem ter frequência mínima de 75% para o módulo escrito, o mesmo receberá um certificado de participação, o qual pode ser validado pela coordenação do curso em que está matriculado.

A coordenação do PIAPE prevê sua própria avaliação a cada semestre pelos estudantes que participam das ações desenvolvidas pelo programa. Essa avaliação é elaborada pela CAAP/PROGRAD e busca identificar dados de evasão e abandonos dos cursos. Prevê também uma avaliação semestral, que fica sob responsabilidade da PROGRAD e CAAP, para realização de relatórios sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes.

3.1 PIAPE: O QUE DIZ A EQUIPE GESTORA

A equipe gestora quando questionada sobre a concepção de apoio pedagógico informa que:

[...] a intenção do apoio pedagógico é ser um programa universal, atender a todos os estudantes cotistas ou não. Porque assim, a gente entende que um estudante com dificuldade ele não precisa necessariamente ter entrado por cotas. Às vezes é um estudante que não tem nenhum problema sócio econômico digamos, mas ele tem dificuldades pedagógicas. Então ele precisa desse apoio também. Mas com relação ao estudante cotista eu acho que é fundamental, porque a gente sabe que o estudante, ele acaba entrando [...] o cotista principalmente, ele tem uma defasagem educacional em função da sua condição socioeconômica. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

Percebe-se uma contradição na citação acima, pois ao mesmo tempo em que justifica ser o Programa universal, aponta que os cotistas apresentam maiores dificuldades educacionais como resultado das condições socioeconômicas. Isso nos leva a questionar o papel universal do PIAPE e também o fato de que embora o estudante cotista, ao entrar na universidade apresente alguma defasagem no ensino e aprendizagem, esta é superada nos primeiros anos de curso.

Assim, nos questionamos, mas afinal qual a concepção do PIAPE sobre ensinar e aprender. No folder de divulgação do programa, a abordagem teórica está amparada em Charlot, que considera o processo de ensinar “indissociavelmente humano, social e singular” (CHARLOT, 2005, p.41).

Assim, entendemos o apoio pedagógico da UFSC, como uma prática necessária à permanência dos estudantes negros, indígenas e de escola pública, mas, para que de fato essa permanência se efetive é preciso que a concepção da equipe gestora seja mais alargada. O apoio pedagógico deve ser um espaço onde o estudante busca superar as suas dificuldades no ensino aprendido. Nesse sentido visa se avançar, ampliar seus conhecimentos sobre a área do conhecimento onde ele tem dificuldade. Contudo, para

que haja um apoio pedagógico com qualidade, é necessário o desenvolvimento de atividades extracurriculares, monitorar a atuação acadêmica dos estudantes, as condições pedagógicas, compreenderem esse sujeito como singular e buscar identificar onde se encontra a dificuldade desse estudante, no sentido de poder sanar.

Inicialmente o apoio pedagógico da UFSC desenvolveu dois projetos pilotos: Capacitação Acadêmica e Orientação Pedagógica. O primeiro teve como objetivo “minimizar dificuldades nas áreas de Matemática, Redação e Interpretação de Texto, Inglês, Química e Física”(UFSC, 2013, p. 07), após o primeiro vestibular com cotas, para negros, indígenas e escola pública. Segundo o relatório apresentado junto à PRAE e PREG, houve uma procura significativa por parte dos estudantes ao projeto. Nesse sentido, a instituição buscou alternativas para alargar essa primeira iniciativa. Em 2010 as ações do apoio pedagógico passam a ser desenvolvidas no campus de Florianópolis. No ano seguinte, essas atividades são estendidas para outros campos da instituição. Desde início as inscrições do projeto são feitas diretamente no site do apoio pedagógico e avalia-se que neste seguimento o projeto não avançou.

[...] os estudantes que participam do apoio pedagógico se identificam com necessidades de conteúdo, eles se inscrevem on-line e participam das atividades; a gente não tem contato com eles aqui a não a ser quando eles vêm aqui na nossa sala. A gente recebe, acolhe, encaminha e orienta; mostra as atividades que estamos oferecendo e inscrevemos eles lá. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

O programa atualmente atende dois públicos: apoio pedagógico, que atende alunos em sala de aula, com mais de cinco alunos, e orientação pedagógica em que o estudante tem atendimento individual, com horário marcado e a inscrição é efetuada junto à coordenação do projeto. A equipe gestora alega que precisa conhecer o estudante e saber de suas necessidades. O outro público do programa de apoio pedagógico, após efetuar sua inscrição, passa a frequentar as atividades de monitoria de acordo com a sua necessidade. Neste caso há monitores de matemática, cálculo, produção textual, etc.

O relatório de avaliação elaborado pela Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação (CIAA) da Política de Ações Afirmativa (PAA) nos dá respaldo quanto às atividades desenvolvidas junto aos estudantes. As mesmas são desenvolvidas nas seguintes áreas do conhecimento:

[...] a ampliação da demanda pelas aulas, distribuídas entre ofertas nas áreas de Matemática, Física, Química, Inglês, Produção Textual, Biologia e as Oficinas de Resolução de Exercícios da Graduação, várias delas voltadas para sanar lacunas de conteúdos do ensino médio. (UFSC, 2013, p. 07).

Atualmente o apoio atende a cinco áreas, leitura e produção textual, cálculo, física, química e bioquímica, e tem também orientação pedagógica. Isso nos leva a refletir que ao longo desse tempo a concepção de apoio pedagógico da instituição e a sua estrutura não sofreu alteração. Desse modo, fazemos as seguintes indagações: os estudantes estão superando suas dificuldades? Ou o apoio pedagógico é apenas, mais uma estrutura dentro da instituição? A estrutura do apoio pedagógico da UFSC ainda precisa de uma resolução segundo a equipe gestora do programa. A equipe se encontra trabalhando para elaboração da mesma, visando consolidá-lo. Atualmente o programa se desenvolve da seguinte forma: Programa Institucional de Apoio Pedagógico e Monitoria, os dois fazem parte de um programa maior que é o Apoio Pedagógico vinculado à PROGRAD.

Observa-se também que o apoio pedagógico em seu início foi pensado para amparar a permanência dos alunos das ações afirmativas. Isso nos leva a questionar porque os estudantes negros e indígenas não são priorizados nesse atendimento? Quando questionada sobre esse assunto a equipe gestora do programa alegou que em sua ficha de inscrição não há recorte racial, e eles não têm turma direcionada para os estudantes negros. Além disso, os próprios gestores do programa não reconhecem os estudantes de escola pública e indígenas como segmentos da política de ações afirmativas.

[...] mas elas eram de escola pública, (ela toma a fala e responde). Ontem teve uma reunião específica para os cotistas de recepção ao calouros [né], então a gente recebeu duas estudantes aqui de escola pública, dizendo que elas acabaram de conhecer o programa por meio da reunião, que divulgaram o PIAPE, que elas estavam com muitas dificuldades nesse sentido de muita carga horária, que elas tinham pego muitas disciplinas, que estavam pensando em desistir, queriam apoio em leitura e produção textual (não mintu). Calculo e física nós já efetivamos a inscrição delas. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015).

Pela fala das gestoras fica evidente que elas não reconhecem estudantes de escola pública como cotistas, se as mesmas estavam numa recepção de calouros para cotistas, isso fica claro que os estudantes eram cotistas de escola pública. Quando as gestoras são questionadas sobre a participação dos estudantes negros no Programa, nos colocam que não há turmas específicas para esses segmentos. Entendemos que não seria o caso de turmas específicas porque estas construiriam uma relação segregadora a partir do pertencimento étnico-racial dos sujeitos.

Estudos anteriores mostram que o estudante de escola pública, na maioria das vezes, apresenta uma trajetória escolar mais fragilizada. Desse modo, isso poderia ser levado em conta pelo apoio pedagógico.

Parafraseando Fúlvia Rosenberg (2009), nos amplia em seu artigo que há uma dinâmica que pode ser abreviada em eixos que são convergentes entre si: devemos ter um enfoque mais atento para as esferas da economia, política e cultura sem deixar que uma ou outra seja reduzida; compreender que a dinâmica social como um jogo complexo de disparidade de classe, gênero, raça e idade nas diversas esferas; o entendimento do sujeito histórico ativo, que se adapta e resiste aos empecilhos que a sociedade introduz a realização de suas necessidades, de seus desejos. Que envolve o enfrentamento na desigualdade, sendo uma incoerência nos três campos (econômica, política e cultural) esses fatores vão interferir de maneira acentuada na dinâmica de classe, gênero, raça e idade. Acentuando de formas perversas as desigualdades nas escolas e nas universidades. Retomando Rosenberg (2009, p. 228), com as seguintes colocações:

A constituição de 1988 foi um marco no reconhecimento de igualdades de direito para todos os grupos subalternos, abrindo perspectivas mais incisivas de combate ao racismo (crime inafiançável) de reconhecimento dos povos indígenas. [...] iniciativas inovadoras foram assumidas pelo MEC nos últimos anos, reconhecendo e procurando enfrentar, de algum modo, as desigualdades raciais e a diversidade étnica na educação.

Nesse sentido não podemos esquecer o direito à educação dos estudantes indígenas, negros e de escolas públicas. Temos que olhar essa educação como direito conquistado e não como assistência e respeitar as suas particularidades, culturas e suas relações estabelecidas entre as diversidades culturais existentes na sociedade brasileira. Auxiliar, amparar e subsidiar esse sujeito nas áreas do conhecimento com o ensino e aprendizagem na academia.

Percebe-se que tanto a Resolução Normativa N° 008/CUN/2007 como o relatório de avaliação da Comissão de ações afirmativa vêm nos amparando com as seguintes colocações:

Art. 12. As ações afirmativas de acompanhamento e permanência do aluno ingressante na Universidade de que trata o inciso III do artigo 4º, são as seguintes: I – apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem. (UFSC, 2007d, p. 4).

Desse modo, o apoio pedagógico da UFSC precisa olhar para esse sujeito (cotista negro) com um olhar mais acolhedor, reconhecê-lo como sujeito de direito;

reconhecer que no meio acadêmico existe sim um racismo institucional que é velado pelas estruturas de poder que são costuradas nas relações tecidas no interior da estrutura social brasileira. Sabemos que as ações afirmativas já são uma conquista dos movimentos negros, dos grupos de pesquisas e estudiosos do assunto. Quando esses direitos forem devolvidos à população negra podemos dizer que o Brasil é sim uma democracia racial, mas enquanto essa conquista ainda não estiver consolidada precisamos sim de políticas de ações afirmativas para tornar o meio acadêmico mais plural e a sociedade brasileira mais representada nesse meio. Hoje com as ações afirmativas já temos experiências que nos mostram vivências dos centros acadêmicos com a realidade de permanência e acolhimentos favoráveis às políticas de ações afirmativas.

Jocélio Teles dos Santos (2009), em seu artigo nos informa como a experiência das ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia - UFBA vem avaliando as suas políticas de cotas, com o objetivo de superar as desigualdades que eram presentes no contexto da instituição, onde a maioria de seu corpo discente era oriundo de escolas privadas. Com as ações afirmativas esse contexto ganha novo formato. Com a avaliação fica evidente que os estudantes oriundos das escolas públicas e negros estavam concentrados em cursos menos valorizados socialmente. Com a percepção desse fato a universidade buscou alternativas mostrando que a diferença das notas dos alunos antes das ações afirmativas e depois destas eram mínimas em relação aos dois públicos. Com esses dados mostrados em pesquisa se desbanca a tese de que acessar à universidade só depende de mérito. Porém, é preciso ir além das políticas governamentais, é preciso superar não só acesso como também a permanência desses sujeitos no recinto acadêmico.

A criação do programa que visa superar dificuldades, como também ampliar o desenvolvimento e aumentar o índice acadêmico do aluno, garantindo a inclusão dos alunos no interior da universidade é sempre bem visto; porém, só isso não basta, é preciso que esses programas tenham uma estrutura que acolha a diversidade da cultura brasileira, que oriente as suas ações como também uma equipe de professores, tutores e monitores sensível às políticas afirmativas.

3.2 O QUE DIZ A EQUIPE GESTORA SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A cada início de fase o apoio pedagógico inaugura novas turmas, buscando realizar uma variedade de atividades, entre elas palestras e oficinas. Aqui vamos nos ater a essas duas modalidades de ações que os monitores procuram desenvolver com os estudantes. Na maioria das vezes as oficinas são oferecidas em um período de 2 a 3 meses e as palestras são focadas no início das fases, ou no final das mesmas, e também na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) da UFSC.

São ações que envolvem professores e estudantes no ambiente acadêmico que potencializam os processos de ensino e aprendizagem. Essas medidas têm o objetivo de fortalecer a permanência dos acadêmicos na UFSC. O apoio pedagógico tenta articular a atividade com alunos, professores e coordenadores dos cursos de graduação, porém, a procura ainda fica por conta dos estudantes e coordenadores quando têm conhecimento das atividades, articula com o estudante e encaminha, como se pode perceber no relato abaixo:

Nós temos diversos coordenadores de cursos que nos procuram que ligam para cá [...] e que procuram fazer essa ponte, entre aquele estudante que ele observa que tem uma dificuldade. Eu acabei de atender uma [...] coordenadora do curso agora que me fez essa solicitação, ela tem uma estudante que é uma excelente estudante, mas ela tá com problema de organização do estudo, então ela visualizou isso, ela percebeu essa dificuldade da estudante, ligou pra gente, perguntou sobre nosso serviço, nós disponibilizamos o orientador pedagógico, já marcamos inclusive [ah] o momento que eles vão se ver, que eles vão começar então a fazer suas atividades juntos, o orientador e o estudante. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

Nesse caso, fica evidente que as situações, quando ocorrem, ainda são esporádicas. Verifica-se pela fala da entrevistada, que está faltando uma articulação entre as três categorias de sujeitos (professor, estudantes e coordenadores de curso), um diálogo mais profundo e eficaz. As palestras acontecem no início das fases e também quando acontece algum evento na instituição, neste caso a SEPEX:

A realização de palestras tem acontecido, como nos diz a equipe gestora:

É nós fizemos atividades [né] durante [...] a entrada dos novos, dos calouros [né] então é o ingresso dos calouros. É há uma recepção, a gente promove palestra, oficinas, mesa de conversa, [...] conversa com esse grupo novo que tá chegando, com os pais também, inclusive quando eles vêm no momento de validação de renda eles participam, podem participar também se assim desejarem dessas rodas de conversa e dessas palestras. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

No dia 18 de março de 2015, tive a oportunidade de participar de uma palestra. A palestrante tinha como foco informar e divulgar as atividades do PIAPE, e relata que

os professores chegaram ao programa e citaram que os alunos não estão acompanhando os cursos. Assim o programa busca com as oficinas superar as dificuldades dos estudantes. O público da oficina foi composto por oito (8) pessoas e duas monitoras. A maioria do público presente na palestra era das áreas de exatas. Do curso de Química foram dois, três da Física, da Biologia, do Direito e da Pedagogia.

A monitora palestrante (M) mostrou-se uma pessoa comprometida com o seu trabalho ao explicitar uma visão que o professor monitor tem que dar respaldo para os estudantes todas as vezes que o mesmo encontrar dificuldade nos conteúdos ministrados. Esse profissional tem que atender a solicitação do estudante. A monitora é bolsista da pós-graduação em Letras Português.

(M) afirma que “o programa busca ver a relação que o aluno tem com a escrita e a leitura”. Esse posicionamento indica que há por parte do PIAPE um esforço em identificar as dificuldades dos estudantes para que possam ser superadas. Disso decorrem outras questões: como está sendo avaliado o Programa pela equipe gestora, monitores e pelos estudantes? Estarão sendo sanadas as possíveis dificuldades trazidas pelos estudantes?

As palestras são efetuadas por monitores/tutores, que estão sob a coordenação do apoio pedagógico. São convocados pela equipe gestora para realizar e efetuar palestra de divulgação do programa. De acordo com a equipe gestora:

[...] os tutores são estudantes dos programas de pós-graduação de acordo com a sua área aqui da universidade. Nos campus não tem obrigatoriedade de vínculo com a universidade ela repete, “não precisa ser um estudante da pós-graduação”, pode ser também professores que atuam na prefeitura, no estado enfim [...](EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

As gestoras informam que os monitores recebem capacitação para atuar como professores, assim como orientadores pedagógicos.

Essa capacitação ela se dá sempre no início do semestre [né], no início do ano na verdade, porque nesse ano, por exemplo, a gente contratou os tutores para o ano inteiro. No ano passado a gente fez semestral, então a gente fez duas capacitações tá, eles são capacitados para trabalhar com o moodle eles são [repete] supervisionados nos campus, eles são supervisionados por professores da disciplina então. É tem essa troca sempre [né...] é eles estão [...] semanalmente se capacitando. Aqui eles recebem essa orientação, nossa das servidoras que são pedagogas, elas tão capacitadas pra ajudar no que precisarem tá, além da capacitação com moodle que a gente faz e de oficinas também que eles participam. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

Esse ano (2015) o apoio pedagógico decidiu contratar os monitores e orientadores pedagógicos para atuarem junto aos estudantes durante todo o ano. A equipe gestora acredita ser um ganho para o programa e para o estudante.

3.3 O QUE DIZ A EQUIPE GESTORA SOBRE A DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA

As atividades do apoio pedagógico da UFSC são sempre divulgadas via site no início dos semestres, como também nas atividades dos centros acadêmicos. A procura pelas palestras e oficinas com os monitores e a orientação pedagógica ainda é muito baixa. Em 2014/2 na semana da SEPEX, houve a divulgação das oficinas e palestras sobre o programa, mas não houve procura por parte dos estudantes, assim alegou a equipe gestora. A oficina do dia 24/11/2014, intitulada “Diversidade e Diferença”, foi cancelada por falta de público. Foi essa a informação passada por *e-mail* pela equipe gestora aos estudantes inscritos, neste caso, a pesquisadora.

Nos dias 29 e 30/10/2014 foi locada a sala de Anfiteatro do Espaço Físico Integrado (EFI) para a realização de oficina com o objetivo de mostrar para os estudantes a “Organização e métodos de estudos”. Não houve atividades, ao chegar ao local as portas do Anfiteatro estavam fechadas. Dirigi-me então até a coordenação do prédio e me informaram que a sala estaria locada para o apoio pedagógico da UFSC. Esclareço que nesses dois últimos eventos eu não havia realizado a inscrição.

No dia 19/03/2015, a palestra “Diversidades e Diferenças” não aconteceu, mas as palestrantes estavam no local. Houve a presença da pesquisadora. A divulgação desses eventos aconteceu via *e-mail* aos estudantes, porém, a maioria das vezes estes não estão acostumados a verificar sua caixa de entrada. Esse tipo de acontecimento me inquieta, pois o programa é fundamental para a permanência dos estudantes no recinto acadêmico e os coordenadores alegam que divulgam, mas não houve procura por parte dos estudantes. Segundo a equipe gestora do programa:

É divulgado por meio da [...] imprensa da UFSC mesmo [né], a gente faz divulgação no site da UFSC, no site do geral da UFSC, no site do apoio pedagógico, a gente manda e-mail para os estudantes, e-mail para professores. Na semana passada por exemplo, teve uma reunião aqui na PROGRAD com [...] é todos os coordenadores de cursos e o PIAPE foi divulgado durante essa reunião, foi solicitado que eles conversassem com os estudantes, é, [...]a divulgação, levaram panfletos, a gente faz panfletagem a cada ano e distribui. [...] nesse momento de [...] que a gente recebe os novos estudantes, a gente faz distribuição e anualmente os tutores mesmos entregam os panfletos. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

Não está faltando a articulação que o programa divulga em seu folder, ou seja, não falta divulgação? Onde fica a articulação com professores, coordenadores e estudantes? Na fase que eu adentrei na UFSC os professores alegavam que os estudantes que estavam ingressando na universidade se encontravam com muita

difículdade de escrita e leitura. Este ano já ouvi o mesmo comentário. O professor não é o mediador, condutor e mobilizador desse processo de aprendizado? Não está faltando diálogo entre as coordenadorias de curso com professores e estudantes? Não seria hora de a UFSC investir na divulgação do programa?

Charlot nos orienta que o estudante precisa estar mobilizado para aprender e a concepção da instituição, ou seja, do PIAPE, está fundamentado em Charlot. Então não estará faltando uma comunicação entre esses segmentos?

As áreas com mais demandas/procura ainda estão centradas nos conhecimentos da área de exatas e produção textual.

[...] específico de cálculo, física, química, matemática, letras é bem variado [né] produção textual tem bastante [...] [...] dá pra dizer hoje que a maior procura é para a área de leitura e produção textual, a gente não sabe te dizer de onde vêm esses estudantes, a maior procura é leitura e produção textual [...] é bem diverso mesmo, leitura e produção textual e de todos os cursos. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

Neste caso percebe-se que está faltando uma avaliação junto aos estudantes para saber de onde vem esse estudante. Porque os estudantes não procuram o programa?

Este ano os tutores/monitores divulgaram o programa em diferentes espaços do campus: na fila do RU, na BU e nos eventos de aula inaugural. No dia 14 de abril de 2015 foi realizado pela Comissão de Ações Afirmativas um encontro com os estudantes cotistas da universidade, o evento tinha o caráter de informar às ações que a UFSC disponibiliza aos estudantes. O nome da ação era “Encontro de Orientação aos calouros: Ações Afirmativas (cotas)”, foi à primeira vez que um encontro com esse viés aconteceu na UFSC. Esse encontro contou com a Comissão de Avaliação, a PRAE e a PROGRAD. Na ocasião foi divulgado o PIAPE. Cabe salientar que o programa este ano contratou os tutores para prestar trabalho durante o ano todo, sendo que nos anos anteriores eram contratados por fase.

A equipe gestora do apoio pedagógico da UFSC deixou bem claro nas entrevistas a necessidade de avaliar o programa.

[né] então faz essa avaliação a cada fim de semestre, a gente envia via Google drive uma avaliação, traz um pouco disso, para a gente saber do estudante, o que ele achou do apoio se foi efetivado, se foi importante, se contribui sim ou não [...] no final do ano passado nós conseguimos divulgar a avaliação, temos algumas respostas, mas como a gente está em vários programas aqui na coordenadoria, a monitoria tá em mudança ainda não conseguimos resgatar a avaliação para fazer um relatório [né]. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

A avaliação busca saber onde o programa tem que ser reformulado e uma efetivação do mesmo, como também alcançar metas e indicativos que os estudantes e

professores julgarem necessários. Quando solicitamos os dados à equipe gestora, esta alegou que tem os dados, mas que ainda não efetuou as devidas avaliações.

Os dados abaixo foram enviados em 15 de maio de 2015, fornecidos pela equipe gestora do programa. Com esses dados fica evidente que há uma procura muito baixa nas ações do programa.

Quantidade de estudantes atendidos no PIAPE.

	Alunos Estrangeiros	Alunos de Educação do Campo	Alunos Indígenas
2013.2	10	-	-
2114.2	-	-	-
2015.1 (até o momento)	15	31	6

Fonte: Dados enviados pela Equipe gestora do PIAPE.

Os dados citados acima foram fornecidos pela equipe gestora do PIAPE, alegando que a procura dos estudantes ainda é muito baixa. Os dados de 2014/2 revelam que mesmo sendo turmas de públicos específicos a procura fica a desejar.

É, a gente trabalha com o curso de educação do campo e eles tem uma necessidade específica porque eles vêm à UFSC. [...]. É uma semana sim e uma semana não [né]. Então é uma necessidade bem especial, bem diferente dos outros estudantes da UFSC [né], uma semana eles estão aqui e outra semana eles estão no campo mesmo [né]. Então a gente trabalha com esse grupo fechadinho, até por causa dos horários que eles têm [né]. Nós trabalhamos com estudantes estrangeiros e as especificidades deles é a língua [né], então a gente acaba fazendo grupo também de estrangeiros, estudantes indígenas também tá, por algumas dificuldades apresentadas, quanto aos conteúdos é de base, mesmo conteúdo do ensino médio [...]. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

3.4 O que diz a equipe gestora sobre a permanência dos estudantes

Com ampliação do ensino superior fica evidente a necessidade de programas para custear a permanência dos estudantes na UFSC, não só financeiramente, mas também em relação ao ensino e aprendizagem, em vista de a universidade se colocar à frente quanto a sua compreensão de ensino.

O que se percebe é a necessidade de iniciativas que assegurem a permanência dos estudantes cotistas e indígenas e que busquem superar a desigualdade tão visível na sociedade brasileira.

Os Programas de Ações Afirmativas constituem-se, pois, em uma das ferramentas mais contundentes, em face das responsabilidades que as universidades brasileiras têm, diante do princípio constitucional da igualdade material dos cidadãos. Se os percursos educacionais dos brasileiros são marcados por condições diferenciadas quanto ao capital cultural e educacional acumulado, que são o pressuposto para participar da disputa por vagas em universidades [...]. (UFSC, 2012, p. 6)

Buscar atender os que se encontram em defasagem de ensino, mas também visando superar as dificuldades do ensino médio:

[...] os tutores trabalham conteúdo de base, conteúdo do ensino médio, não são conteúdos que o professor da universidade trabalha dentro de sua área, na sua disciplina, eles são direcionados por um cronograma que eles mesmo elaboram conforme esses conteúdos do ensino médio e eles dão conta desse cronograma no decorrer de um módulo que geralmente dura quatro semanas ou vai até o semestre. Isso aí é o tutor que sinaliza à parte, por que assim como o programa, já está diferente para cada disciplina do apoio pedagógico. Fora isso os tutores eles é [...], eles preparam seu próprio conteúdo, também eles tem essa liberdade de preparar os conteúdos [né]. Mas enfim eles têm como base esse material que foi produzido pelos professores do Colégio de Aplicação. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

Verifica-se na voz da equipe de coordenadores que o apoio pedagógico busca superar a defasagem do ensino médio. Percebe-se que há certa vinculação e uma ansiedade para superação dessa falta, pois esse sujeito quando ingressa na universidade, não está habituado com o legado de conceitos acadêmicos. A UFSC contribui com ações que têm a função de colocar o estudante em contexto com o ambiente acadêmico e a universidade busca amparar o estudante de baixa renda que historicamente já vem de um processo educacional desigual. Assim, as ações do PIAPE contribuem para atender tanto professores quanto estudantes, como observa Nilma Gomes (2009, p. 206):

A permanência implica, além das bolsas, o aprendizado de língua estrangeira, o domínio dos instrumentos acadêmicos para a elaboração de projetos de pesquisa, a inserção dos alunos negros em projetos de pesquisa, ensino e extensão, a criação de condições adequadas para participação dos universitários negros em congressos e fóruns acadêmicos fora de suas universidades de origem, a inserção da discussão sobre a questão racial nos currículos da graduação, a preparação dos alunos para a entrada na pós-graduação e um maior conhecimento do potencial da vida acadêmica.

Verificou-se que a UFSC ainda está engatinhando quanto a estância no sentido de um ensino superior de qualidade. A permanência vai além do que a instituição oferece; as dificuldades ficam ainda mais visíveis porque o apoio pedagógico da UFSC

não faz um recorte racial, só está focada no social. Os movimentos sociais dos negros afirmam a necessidade de ver a questão racial, isso nos amplia o olhar para as ações afirmativas:

[...] foi sem dúvida um avanço histórico do ponto de vista social, político e econômico quando se leva em consideração as desigualdades raciais sofridas pela população negra [...] possíveis formas de reparação das injustiças, humilhações e torturas vivenciadas pela população negra. (SOUZA, 2007, p. 314)

O programa entende que há um conhecimento do recinto acadêmico que muitos dos estudantes não dominam; assim, o programa busca ampliá-los. Dessa forma, a permanência dos estudantes deixa de ser vista só como financeira, mas também como o domínio da linguagem acadêmica quanto ao ensino e aprendizagem. O sujeito passa a ter outros olhares sobre a vida, passando a ter uma ascensão em sua posição social. Com isso esse aluno passa a almejar uma vida acadêmica, como também passa a reconhecer o racismo presente nas instituições, assim quebrando as barreiras das elites acadêmicas, auxiliando-o a melhorarem sua autoestima. Pode-se, aqui, invocar Gomes (2009, p. 2002): “São corpos negros ativos e afirmativos que se contrapõem à ideologia da cor e do corpo brasileiro”. Devolvendo para o recinto acadêmico não só a presença negra, mas também a ruptura de um padrão instituído por uma elite minoritária que determina toda uma cultura e modo de ser acadêmico. E, nessa manipulação de ideal é que o racismo científico se manifesta no meio acadêmico.

Outro fator que está acontecendo na UFSC é quanto à permanência dos estudantes de modo geral, ou seja, no que concerne a todos os graduados que se encontram com Frequência Insuficiente (FI). Assim, a assistência estudantil engloba vários segmentos, que são desenvolvidos no âmbito acadêmico. A PRAE não desenvolve ações só de moradia e bolsa estudantil, mas também desenvolve ações que fortalecem o ensino e aprendizagem nos casos dos estudantes que se encontram com FI e precisam da bolsa estudantil para manter-se no recinto acadêmico.

O PIAPE vem contribuindo com ações que são articuladas junto com a PRAE, buscando amparar o estudante para que não perca o seu benefício, ou seja, a bolsa estudantil. Assim os estudantes que se encontram com FI têm que participar do apoio pedagógico. Falas da equipe gestora do apoio pedagógico:

E não é fechado [né], a gente atende todos os da graduação, além da graduação, a PRAE firmou um compromisso para alguns estudantes que estão com FI, para manutenção da bolsa. Precisam participar do PIAPE, então alguns não significam orientação pedagógica tem que ser..., pode ser só apoio pedagógico. (EQUIPE DE COORDENADORES, 2015)

Este ano a CAA firmou compromisso com a PRAE, buscando suprir as dificuldades que esse sujeito encontra de se manter na universidade. Nesse contexto o estudante passa a frequentar o apoio pedagógico para se manter com bolsa estudantil. Assim, a PRAE e a PROGRAD se juntam para manter o estudante. A CAA através do apoio pedagógico coloca oficinas de apoio para atender as necessidades específicas dos estudantes. Dessa forma, ele não perde o seu benefício financeiro e não abandona seus estudos, que dentro do atual contexto social e político são muito importantes para sua ascensão social.

Olhando por este viés fica claro quando Gomes (2009) nos chama a atenção para o cuidado que as instituições deveriam ter com a política de ações afirmativas e a articulação que deve existir entre a graduação e a pós-graduação para não ser implementada de forma desarticulada da política de ações afirmativas.

Ao serem implementadas, desarticuladas de uma política de permanência mais arrojada, as bolsas acadêmicas acabam dando um caráter assistencialista ao fortalecimento acadêmico dos jovens negros. Corre-se o risco de distanciar a ação afirmativa de seu sentido político mais importante: de ser reconhecida como direito; um direito da população negra a uma educação superior de qualidade. (GOMES, 2009, p. 204).

É preciso o fortalecimento dos negros/negras quanto à permanência no recinto acadêmico, para que seja reconhecida a política como direito, para que se reconheça como negro, ou seja, ter uma trajetória de qualidade no ensino superior, visto que temos que tomar cuidado para que as bolsas estudantis do ensino superior não ganhem o caráter assistencialista.

Dessa forma, o PIAPE busca as ações que devem ser realizadas com os estudantes, professores e coordenadores dos cursos de graduação. Por outra via, o que fica claro é que a própria PRAE se encontra neste momento dentro de um quadro contraditório. Nota-se na UFSC uma dicotomia; nesse sentido a PRAE é o local aonde os estudantes vão a busca de auxílio e acolhimento para se manter no âmbito acadêmico. Atualmente se vivencia uma contradição social no recinto acadêmico.

Essa lógica está representada na articulação dos programas da mesma instituição mantendo uma assistência estudantil que nos leva a perguntar: que tipo de assistência é essa? Como essa assistência garante o processo de inclusão do negro no âmbito acadêmico? Como o sistema federal coloca o acesso para ingresso de um estudante do interior do estado do Maranhão (MA), sistema do SISU e quando esse sujeito chega no estado de origem da vaga não encontra amparo, acolhimento, benefícios, e, ao mesmo

tempo é cobrado das instituições federais que se adéquem ao sistema de vagas. O que se apresenta dentro de todo o sistema é uma réplica da sociedade vigente, a contradição está presente em todas as esferas da sociedade.

O artigo 1º da Resolução Normativa nº 008/CUN/2007 nos respalda com as políticas de ações afirmativas, que buscam acompanhar, assegurar e acolher esse estudante em situação de vulnerabilidade:

Art. 1º O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade.

Com esta visão a universidade contribui para superar a desigualdade que era visível no recinto acadêmico; hoje o campus da UFSC está mais plural. Tanto o negro quanto o indígena estão presentes.

Olhando por este viés, a assistência estudantil na academia não se refere apenas ao financeiro, mas também ao respeito às diversidades e também à permanência quanto ao ensino e aprendizagem, conforme pesquisado:

Desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas, direcionadas para o acesso, para a permanência e para a conclusão de discentes articulados nos cursos de graduação presencial da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias. (UFSC, 2014)

Não podemos deixar de reconhecer que por mais tímida que seja a universidade vem realizando algumas ações com o intuito de contribuir, diminuir e combater as repetências, como também para superação das desigualdades da sociedade brasileira.

4. NÃO DÁ PARA CONCLUIR O QUE APENAS SE INÍCIOU!

Com o arremate desta pesquisa e a finalização do Curso de Pedagogia, vários conceitos foram reformulados e outros apreendidos. Disso tudo, uma nova compreensão de mundo passa a ser assimilada por esta pessoa que vos fala. Ao ingressar na universidade, trouxe para academia minha trajetória de estudante negra, com isso uma carga bem grande de expectativas, ansiedade, insegurança, sonhos e a busca por uma qualidade de ensino como também à procura de um futuro melhor, um reconhecimento por parte da sociedade de reconhecer o negro como sujeito de direito.

A universidade colocou em xeque vários conhecimentos que eu já havia internalizado em meu contexto social e cultural. Nesse sentido, como estudante tive que reformular e reavaliar vários conhecimentos e concepções de mundo. Descobri que no meio acadêmico existe um sistema, estrutura e legislação, assim como a sociedade. A academia é um sistema complexo, que em sua estrutura reflete a sociedade burguesa e capitalista em suas composições; a mesma que inclui também exclui, e é nessa estrutura que eu pude descobrir que as universidades refletem as estruturas da sociedade capitalista e burguesa. Dentro dessa estrutura o poder é legitimado.

No currículo do curso aprendemos sobre trabalho, currículo, infância, desenvolvimento humano, organização escolar, sociedade, filosofia e política; pois sim esta última me leva à reflexão que toda a sociedade está interligada e articulada com a política. É através da política que as leis são legitimadas, são elas que nos guiam na sociedade. Foi assim que eu descobri a política na primeira fase e também resolvi me aventurar em uma pesquisa sobre política de ações afirmativas, especificamente a modalidade de cotas adotada pela UFSC.

A pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa; nesse sentido, foi realizada entrevista junto à equipe gestora do programa, como também a análise documental. Assim podemos dizer que a ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, obtidos através da pesquisa que nos leva à interpretação da realidade social da sociedade.

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade) através do método científico. [...] O método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico. (DESLANDES, 1994, p.34)

Através da metodologia o pesquisador mostra os caminhos percorridos em sua busca, após a delimitação do campo de pesquisa e também categoriza os dados; em

seguida analisa-os, com o objetivo de compreender o que foi extraído da realidade pesquisada.

Ao analisar o Programa Institucional de Acompanhamento dos Estudantes (PIAPE), a fim de compreender como ele contribui para a permanência dos estudantes cotistas na UFSC, verificamos que não há uma avaliação quanto ao recorte racial no programa. Desta forma, não é possível avaliar as contribuições do programa para os estudantes cotistas negros. Porém, quanto aos estudantes de escola pública e os indígenas, mesmo que timidamente, a universidade vem desenvolvendo ações para contribuir para a permanência dos mesmos no meio acadêmico. O programa teve seu início em 2013 e durante esse tempo em apenas duas fases suas atividades foram contempladas. Nesse meio tempo houve greve que acabou afetando as ações do programa. O primeiro ano foi para implantação do projeto. O orçamento do programa ainda é muito baixo e dessa forma acaba afetando a divulgação, como também as ações que o PIAPE realiza junto aos estudantes. Outro fator que prejudica o programa é a pouca articulação junto às coordenadorias de curso e professores. É evidente que as instituições de ensino superior precisam de projeto para efetivação da política de ações afirmativas, que possa amparar e acolher os estudantes cotistas negros, indígenas e de escola pública.

Com o estado conhecimento realizado, constatou-se que há pouca publicação sobre a temática. Assim, verificou-se que ainda há necessidade de pesquisar muito essa temática que aborda os negros no ensino superior, permanência e apoio pedagógico e a avaliação das políticas.

No segundo capítulo da pesquisa procurei conceituar, raça, racismo e democracia racial e ações afirmativas, pois compreendo que é necessário compreender esses conceitos, e assim poder defender as ações afirmativas no contexto universitário. Buscando embasamento de como as ações afirmativas vem sendo efetuada em outros países como também no Brasil. Isso nós confirma que as ações afirmativas são um direito histórico, pois os negros e negras sempre lutaram pelos seus direitos e para superar a desigualdade da presente sociedade brasileira. Pois no Brasil há um argumento que não existe racismo, que a sociedade brasileira vive em perfeita harmonia. Este argumento é uma falácia, pois há sim racismo e este se efetiva nas instituições, principalmente, quando a comunidade acadêmica aceita, aceita cotas para escola pública, mas não aceita cotas para negros não reconhecendo as cotas como direitos

históricos, pelo fato de haver um genocídio dos negros africanos que vieram para o Brasil.

No terceiro capítulo da pesquisa procurei fazer uma transcrição dos dados coletados em campo. Em seguida foram feitos cruzamentos desses dados para saber o que mais evidenciava nas falas das coordenadoras do programa. Com a categorização dos dados foi possível classificá-los, para em seguida buscar se a análise de registro e de contextos nas falas das gestoras do projeto. Assim foi possível extrair quatro eixos de análise: a concepção do programa do apoio pedagógico, as ações desenvolvidas no projeto, a divulgação do mesmo e a permanência dos estudantes no recinto acadêmico.

Quanto à concepção do apoio pedagógico as gestoras o colocam como universal, ou seja, atende a todos os estudantes cotistas e não cotistas. Assim fica inviável identificar como esta sendo a permanência dos cotistas negros na universidade. As ações desenvolvidas no programa ficam a desejar, pois a divulgação é feita via e-mail e em muitos dos casos os estudantes não tem acesso ou a cultura de verificar os e-mails que a instituição os envia.

A permanência desses estudantes é outro fator que chama atenção, pois a forma com que a instituição vem lidando com isso deixa muito a desejar, pois compreendemos que uma permanência no âmbito acadêmico vai além do amparo quanto ao ensino e aprendizagem. É preciso amparar esse estudante quanto às questões econômicas, ensino, pesquisa, extensão e viagens para apresentação de estudos e também fornecer a eles o recinto onde possam se fortalecer politicamente.

Foi um semestre pleno de aprendizado de conteúdos novos e outros que por vezes reformulados. Apreendi os primeiros passos de nascer e se constituir como pesquisadora. Procurou-se compreender os caminhos que envolvem uma pesquisa qualitativa. Entrevistar e categorizar o que era importante nas entrevistas concedidas pela equipe gestora do programa. Não podemos esquecer a ética que envolve essa linha do conhecimento. Podemos afirmar que os desafios foram muitos, assim como o medo que foi outro fator com o qual eu tive que aprender a lidar.

O curso de Pedagogia, em especial a ciência política, me ensinou a ver e compreender o homem nas suas particularidades, buscando compreender as várias ciências que dizem respeito de si, suas culturas e relações tecidas entre a sociedade e os sujeitos que a compõem.

O processo de inserção no campo da pesquisa de TCC é complexo, difícil e por vezes o medo toma conta de nós e temos vontade de desistir no meio do caminho.

Assim, nas vezes em que eu me senti perdida, busquei refúgio nas palavras de Gilberto Velho (1977). Ele nos chama a atenção para a necessidade de relativizar noções como, classe, língua e tradições dentro da sociedade e da cultura. Neste mesmo contexto ele alerta para os estereótipos, pois, à primeira vista, temos a tendência de rotular as pessoas através de preconceitos previamente estabelecidos pela sociedade. Assim, se faz necessário colocar-se no lugar do outro, buscando uma visão diferente dos fatos. Entretanto, somente as pessoas que vivenciaram determinado contexto social, sabem o verdadeiro valor e significado de ser mulher negra no contexto da UFSC.

Para finalizar esta pesquisa vou me remeter a Nelson Mandela, com duas frases deste pensador que lutou muito contra o racismo, a desigualdade tão arraigada em seu país, “aprendi que a coragem não é a ausência do medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas o que conquista esse medo”. (MANDELA). E a segunda: “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” (MANDELA).

REFERÊNCIAS

_____. **Programa de ações afirmativas (PAA) para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-racial: Avaliação do período 2008-2012 e Proposta de revisão.** Florianópolis, 2012. Disponível em < http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc_relatorio_cotas_2008-2012.pdf >. Acesso em: 02 dez.2014.

_____. **Resolução Normativa N° 008/CUN/2007.** Florianópolis, 2007.

_____. **Resolução Normativa N° 18/CUN/2012.** Florianópolis, 2012a.

_____. **Resolução Normativa N° 22/CUN/2012.** Florianópolis, 2012b.

_____. **Resolução Normativa N° 41/CUN/2014.** Florianópolis, 2014.

_____. **Limites e possibilidades da implementação da lei 10639/03 no contexto as políticas públicas em educação.** In: PAULA, M.; HERINGER, R. (orgs). Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009a.

_____. **Para além das bolsas acadêmicas: Ações afirmativas e o desafio da permanência dos (as) Jovens negros (as) na universidade pública.** In: SILVERIO, Valter Roberto; MOEHLECKE Sabrina (Org). Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: EDUFSCar, 2009b, 197-211.

_____. **Relações étnico-raciais: educação e descolonização dos currículos.** Revista Currículo sem fronteiras. Porto Alegre, v.12, n.1, pp. 98-109, 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> . Acesso em 12 /12/2012.

_____. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Diretrizes do Programa institucional de Apoio Pedagógico aos estudantes de Graduação.** 2013. Disponível em: <<http://apoiopedagogico.prograd.ufsc.br/files/2012/11/versao-online.swf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos: LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/112711.htm>. Acesso em: 15 set. 2013b.

_____. **A educação para as relações étnico-raciais como política pública na Educação Infantil. Educação Infantil e sociedade: questões contemporânea/organizadores.** Ed. nova Harmonia, 2012b.

_____. **As ações afirmativas na vida acadêmica curricular da UFSC: resistência e desafios.** Florianópolis, 2013.

ALENCAR, R. A. C. **Ações afirmativas no Brasil: um estudo de caso sobre o Estatuto da Igualdade Racial.** 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de

Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8780>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

BONDIA, J. L.. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2002, n.19, pp. 20-28. ISSN 1413-2478. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>>. Acesso em: 20 mai. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. **Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 20 set. 2013a.

CHARLOT, B.. O “filho do homem”: obrigado a aprender para ser (uma perspectiva antropológica). In: CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

DESLANDES, S. F.. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. in MINAYO, M. C.S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

FERREIRA, N. S. A.. As Pesquisas Denominadas “Estado Da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Agosto/2002.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto Negociado**: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. *Revista Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p.139 – 152, maio/ago. 2004.

GOMES, J. B. B. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro**. In: SANTOS, S.A. *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade, p.45- 80, 2005.

GOMES, N. L.. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Ricardo Henriques. (Org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03*. 'ed.Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

HAAS, C. M; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2012, vol. 93, n. 235, pp. 836-863. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/15.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

HEIDEGGER, M.. **Construir, habitar, pensar**. Conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstad”, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback.

HENRIQUES, R. M. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão n. 807. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 12/03/2003.

JACCOUD, L.; THEODORO, M.. **Raça e Educação**: os limites das políticas universalistas: perspectivas e considerações. In: SANTOS, S.A. (Org.) *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 (103-119).

LOPES, M. A.; BRAGA, M. L. S. (orgs.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. 1 ed. Brasília. MEC/ Unesco, 2007.

MARTINS, A. A. **Afirmando direitos**: acesso a permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte; Autêntica, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MOEHLECKE, S.. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.

MUNANGA, K.. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb**, v. 5, p. 16-34, 2004.

PASSOS, J. C.. **As desigualdades na escolarização da população negra e a educação de jovens e adultos**. EJA em debate, v. 1, p. 137-150, 2012a.

PASSOS, J. C.; CRUZ, T. M. ; MWEWA, C. M. . **Acesso e Educação Superior no âmbito das ações afirmativas**. In: Antônio Teodoro; José Beltrán. (Org.). Sumando voces: ensayos sobre educación superior en términos de igualdad e inclusión social. 01ed. Buenos Aires, Argentina: Miño Y Dávila, 2014, v. 001, p. 203-214.

ROSEMBERG, F.. **Desigualdade de Raça e gênero no sistema educacional brasileiro**. In: SILVERIO, Valter Roberto; MOEHLECKE Sabrina (Org). Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: EDUFSCar, 2009, p. 213-261.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R. P.. **Criança Negra**: casa e escola. 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CEIQFjAC&url=http://www2.undime.org.br/htdocs/download.php?form=.doc&id=237&ei=j4SaUuKTOYvqkQfq5oDwCA&usg=AFQjCNFCAAy7ZKpd8osVHr-dPmAX5n98uw&sig2=0LFihj7Ns_6wH6bMsqhr0g>. Acesso em: 16 out. 2013.

SANTOS, J. T.. **A experiência de ações afirmativas na UFBA**. In: SILVERIO, Valter Roberto; MOEHLECKE Sabrina (Org). Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: EDUFSCar, 2009, p. 223-227.

SANTOS, S. A. et al. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SANTOS, S. A.. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554 f. Tese (Doutorado)-Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2695>. Acesso em: 26 fev. 2015.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. ; GUINDANI, J. F. . **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, p. 1-15, 2009.

SILVERIO, V. R.; MOEHLECKE S. (Org). **Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

SOTERO, E. C.. **NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: Trajetória e Expectativas de Estudantes de Administração Beneficiados por Políticas de Ação Afirmativa (ProUni e Cotas) em Salvador**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/usp_dissertacao_2009_EDSotero.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

SOUZA, M. L. G.. **Permanência de Negros(as) na universidade Federal do Paraná: um estudo entre 2003 e 2006**. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (orgs.). Acesso e Permanência da população negra no ensino superior. 1 ed. Brasília. MEC/ Unesco, 2007, p.297-318.

TRAGTENBERG, M.; BASTOS, J. L. D.; PERES, M. A.. **Políticas de ampliação do acesso e diversidade socioeconômica e étnico-racial na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2013. Disponível em: <<http://acoes-afirmativas.ufsc.br/artigos/>>. Acesso em: 01 out. 2014.

UFSC. **Diretrizes do programa institucional de apoio pedagógico aos estudantes de graduação**. Florianópolis, 2013.

UFSC. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Disponível em: <<http://www.prae.ufsc.br>>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

VALENTIM, D. F. D.; CANDAU, V. M.. **Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico**. Rio de Janeiro, 2012. 234p. Tese de doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0811292_2012_pretextual.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

VAZ, A. F.; MOMM, C. M.. **Educação Infantil e sociedade: questões contemporânea/organizadores**. Ed. Nova Petrópolis: nova Harmonia, 2012.

VELHO, G.. **Observando o familiar**. In: NUNES, Edson de O. A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de janeiro: Zahar, p. 36-46.

WEDDERBURN, C. M. **Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações**. IN: Santos, S. A. (org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Americanas. Brasileira: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.313-341.

APÊNDICE A - Entrevista com os estudantes negros e cotistas da UFSC

1. Nome:_____ Idade:_____
2. Como você se define no quesito raça-cor?
()Branco ()Preto ()Pardo ()Amarelo ()Indígena ()outros:_____
3. Semestre e ano de ingresso na UFSC:_____ Semestre atual: _____
4. Período: () Matutino () Vespertino () Noturno () Integral
5. O que te motivou a entrar na universidade, como optante pelo sistema de cotas?
6. Você recebe algum tipo de bolsa? Qual? Quanto tempo?
7. Participa de algum NUCLEO OU GRUPO DE PESQUISA OU EXTENSÃO?
8. Como você faz para assegurar a sua permanência na UFSC?

9. Quais os desafios que você enfrenta?
10. Você recebeu apoio pedagógico em caso de necessidade? () Sim () Não
11. Como se deu este apoio? () individual () coletivo
12. Quando há desistência do aluno do apoio pedagógico, a UFSC vai em busca para saber os motivos que levaram a desistência?
13. Que sugestões você daria ao PIAPE para fortalecer a permanência dos estudantes cotistas?

Obrigada pela colaboração
Ivanilde Ferreira

APÊNDICE B - Entrevista com o Gestor do apoio pedagógico da UFSC

Formação/Curso:_____ Instituição formadora:_____

Ano de conclusão do último curso:_____

Tempo de serviço no cargo:_____

1. Como você avalia o papel do apoio pedagógico na permanência dos estudantes cotistas?
2. Qual é o trabalho desenvolvido pela equipe do apoio pedagógico da UFSC?
3. Quem são os profissionais que compõe a equipe do apoio pedagógico da UFSC?
4. Como se organiza o trabalho com os estudantes?
5. Como a UFSC faz o acompanhamento do aluno que busca apoio pedagógico?
6. Qual o período desse acompanhamento?
7. Como se dar a inclusão desse sujeito no apoio pedagógico? A iniciativa é do aluno ou de outra ordem, como coordenação dos cursos?
9. Como o apoio se organiza financeiramente?
10. Como está estruturado o apoio pedagógico da UFSC?
11. Como se dá a articulação com professores e coordenadores de cursos? Como e divulgado o PIAPE?
12. Como os professores, coordenadores e estudantes dialogam entre-se, em que momento esse diálogo acontece. Quando o PIAPE chama os coordenação e professores, como é o retomo dos professores, ao programa?
13. Os cursos procuram o PIAPE, ou seja, coordenação, professores?
14. O PIAPE declara que busca o desenvolvimento das seguintes ações, assim isso me faz refletir em que medida dá essas ações estão sendo desenvolvida?

Obrigada pela colaboração
Ivanilde Ferreira

APÊNDICE C – Ofício de Solicitação de dados para a Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA -
TRINDADE
CEP: 88.040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 8440 0769
E-MAIL: nitocaferreira@yahoo.com.br

Ofício n.º 01/2015

Florianópolis, 26 de Abril de 2015.

ILMO\A Senhora
SORAIA SILVA DA LUZ
Coordenadora PIAPE

Assunto: **Solicitação de dados para pesquisa**

Prezada Senhora

Como é de seu conhecimento a estudante Ivanilde de Jesus dos Santos Ferreira está desenvolvendo como Trabalho de Conclusão de Curso o estudo **O programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina: um Olhar Sobre Suas Contribuições à Permanência de Cotistas Negros** que tem como objetivo “analisar o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) a fim de identificar suas contribuições à permanência dos estudantes cotistas negros na UFSC”.

Para pleno êxito do TCC entramos em contato para solicitar-lhe os dados de atendimento, (com recorte raça/cor e gênero, educação do campo, estrangeiros) e de avaliação (feita por e-mail com os estudantes) referente aos anos: 2013, 2014\1 e 2014\2, 2015\1.

Aproveito para agradecer-lhe a disponibilidade para a entrevista concedida à estudante.

Respeitosamente,

Profa. Dra. Joana Célia dos Passos
EED/CED\ UFSC
Orientadora da pesquisa

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM OLHAR SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES À PERMANÊNCIA DE COTISTAS NEGROS”, sob orientação da Professora Dra. Joana Célia dos Passos. Se você concordar em participar, basta ler, preencher e assinar a declaração. Agradecemos pela atenção, compreensão e apoio!

Eu _____ concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário/a da pesquisa “O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM OLHAR SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES À PERMANÊNCIA DE COTISTAS NEGROS” e afirmo que me foi esclarecido que:

O objetivo desta pesquisa é: analisar o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) a fim de identificar suas contribuições à permanência dos estudantes cotistas negros na UFSC.

Meu nome não será divulgado e todo o conteúdo da entrevista será preservado, sendo utilizado somente para as publicações decorrentes das análises realizadas.

Apenas os pesquisadores envolvidos com o projeto terão acesso à gravação da entrevista e sua transcrição. Após a análise dos dados, a gravação da entrevista e a transcrição ficarão sob a guarda da Coordenadora do Projeto.

Em caso de dúvidas, poderei entrar em contato com a Professora Dra. Joana Célia dos Passos, responsável pela pesquisa, por meio: do telefone (48) 96178644; e do email: joana.passos@ufsc.br. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto a dúvidas por mim apresentadas. DECLARO, ainda, que após devidamente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto por livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Entrevistado.